



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
JULIANA MELEK BUBLITZ

**O PROCESSO DE AUTORIA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE EM
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO –
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Palhoça – SC

2012

JULIANA MELEK BUBLITZ

**O PROCESSO DE AUTORIA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE EM
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO –
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Profa. Dra. Maria Marta Furlanetto

Palhoça – SC

2012

B93 Bublitz, Juliana Melek, 1974-

O processo de autoria e a constituição da identidade em trabalhos de conclusão de curso de alunos de administração : uma análise discursiva. – 2012.

83 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Orientação: Profa. Dra. Maria Marta Furlanetto

1. Análise do discurso. 2. Identidade. I. Furlanetto, Maria Marta. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 401.41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

JULIANA MELEK BUBLITZ

**O PROCESSO DE AUTORIA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE EM
TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ALUNOS DE ADMINISTRAÇÃO –
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 4 de abril de 2012.

Professora e orientadora Maria Marta Furlanetto, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professora Maria Ester Wollstein Moritz, Doutora
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Solange Maria Leda Gallo, Doutora
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha família, razão da minha vida, em especial a meus pais, que na minha formação como pessoa nunca mediram esforços para me ensinarem o caminho do bem e acreditar em valores e princípios que sigo em busca de uma vida feliz. E às pessoas que me deram a oportunidade de encontrar a felicidade através do amor, formando comigo uma nova família, meu marido e minha amada filha!

AGRADECIMENTOS

Frequentar um curso de mestrado e concluir uma pesquisa cujo resultado é apresentado na dissertação só se torna possível se abirmos mão de muitos momentos e pessoas importantes que fazem parte da nossa vida. Então, chegou a hora de agradecer a todos que me ajudaram nesta caminhada, cada um com a sua particularidade.

Primeiramente ao meu marido, que sempre me apoiou, me incentivou e me deu suporte para que eu pudesse dedicar o meu tempo ao estudo.

À minha querida filha, que com apenas dois aninhos, me deu um exemplo de responsabilidade, levantando cedo para ir à escola passar o dia todo e almoçar sozinha para que eu pudesse frequentar as aulas. Pela sua maturidade, em tão pouca idade, compreendendo que a mamãe precisava estudar nos momentos em que ela gostaria de brincar!

Aos meus pais queridos, que mesmo longe davam seus conselhos e apoio.

Às minhas irmãs, pelo companheirismo e carinho.

À escola em que minha filha estuda, pelo suporte do qual precisei para concluir o curso.

Aos meus superiores no trabalho, em especial à Carla e Ana, que proporcionaram este período de afastamento para o estudo.

Ao meu anjo da guarda Edna, secretária do mestrado, que, sempre com carinho, atenção, paciência e muito profissionalismo, me ajudou nas questões burocráticas.

A todos os professores do curso de mestrado, os quais tive o prazer de conhecer e com os quais muito pude aprender.

À querida professora Solange, que acreditou na minha capacidade me incentivando e apoiando nos momentos de dificuldade, me dando suporte com suas palavras sábias, de otimismo e de carinho.

À professora Maria Marta, que aceitou orientar o meu trabalho, já iniciado, e assumiu comigo este desafio com muita atenção, paciência, dedicação e sabedoria admirável.

E também quero agradecer a Deus, a quem sempre recorria nos momentos de angústia e aflição para confortar meu coração!

Obrigada a todos por me ajudarem a realizar este sonho!!!

...“Não faças do amanhã sinônimo de nunca, nem o ontem te seja o mesmo que nunca mais. Teus passos ficaram. Olhes para trás... mas vá em frente, pois há muitos que precisam que chegues para poderem seguir-te”. (Charles Chaplin)

RESUMO

Nesta pesquisa, são objeto de análise trabalhos de conclusão de curso (TCC) de alunos de um curso de graduação em Administração, com o objetivo de compreender o processo de autoria, em suas relações com a identidade da profissão de administrador. A proposta deste estudo aborda os conceitos da Análise do Discurso, de linha francesa. A Análise de Discurso fornece meios para a interpretação e descrição como dispositivos de análise, para compreender a formulação do Discurso Acadêmico relacionado com suas condições de produção. O problema desta pesquisa consiste em relacionar os discursos Pedagógico e o Científico, verificando os atravessamentos causados na formulação do Discurso Acadêmico, de modo que o sujeito-aluno assuma (ou não) a posição sujeito-administrador no processo de autoria. O resultado indica que o modo de funcionamento do Discurso Acadêmico, que tende para o Discurso Pedagógico (autoritário), impede uma tomada de posição do sujeito-aluno-administrador, impossibilitado pelo contexto histórico-ideológico da Universidade.

Palavras-chave: Discurso Acadêmico, Discurso Pedagógico, Discurso Científico, Identidade, Autoria.

ABSTRACT

In this research, we adopted as the object of analysis work completion for students of Directors, in order to understand the process of authorship, in its relations with the identity of the trustee profession. This study discusses the concepts of Discourse Analysis, French Line, which allows the interpretation and description of such devices in order to understand the formulation of academic discourse related to their production conditions. The problem with this research is to relate the Scientific and Pedagogic discourses, checking the crossings due to the formulation of academic discourse, so that the individual student to take (or not) the subject-administrator position in the authoring process. The result indicates that the operating mode of academic discourse which tends to Pedagogic Discourse (authoritarian) prevents a position of the subject-student-administrator unable ideological history context of the University.

Keywords: Academic Discourse, Pedagogical Discourse, Identity, Production Conditions, Authorship.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	ANÁLISE DO DISCURSO.....	12
2.2	DISCURSO.....	13
2.2.1	Discurso Pedagógico.....	17
2.2.2	Discurso Acadêmico.....	19
2.2.3	Discurso Científico.....	22
2.2.4	Discurso da Administração.....	25
2.2.5	Heterogeneidade(s) enunciativa(s).....	27
2.2.6	Texto para a Análise do Discurso.....	29
2.3	A IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO E NA ADMINISTRAÇÃO.....	31
2.4	IDENTIDADE.....	34
2.5	AUTORIA.....	37
3	ANÁLISE.....	43
3.1	PRELIMINARES: A PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR.....	43
3.2	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	46
3.3	PRIMEIRA ETAPA.....	49
3.4	SEGUNDA ETAPA.....	60
3.5	CONCLUSÃO SOBRE A ANÁLISE.....	75
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD) francesa tem sua origem nos anos 60 e é considerada como uma disciplina de entremeio, estando ligada à Linguística, ao Marxismo e à Psicanálise. Sendo assim, “é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nessa opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique (ORLANDI, 2001, p. 21).

A teoria da Análise do Discurso tem como objetivo buscar o(s) efeito(s) de sentido produzido(s) no texto, verificando o seu funcionamento, no lugar em que está sendo produzido. Para a análise do funcionamento do discurso, buscando o sentido que este provoca nos participantes em relação à formação discursiva em que está sendo formulado, é necessário também observar as condições de produção e a maneira como o sujeito do discurso articula o seu dizer com outros dizeres, a relação com o “outro”, de modo a ser afetado (ou não) na produção do seu texto. Para esta observação devemos considerar que as formações discursivas são recortes das formações ideológicas, onde o sujeito é interpelado pela ideologia.

Para a Análise do Discurso, esta pesquisa torna-se importante pelo novo olhar lançado sobre o Discurso Acadêmico (DA), procurando compreender o funcionamento desse discurso e as marcas de autoria do sujeito-aluno administrador. Pela análise, procuraremos mostrar esse funcionamento em relação às suas condições de produção e os atravessamentos no DA que possam permitir a posição-sujeito-profissional.

Esta dissertação toma como ponto de partida o objeto de estudo da Análise de Discurso (AD) – o discurso, o qual será materializado em texto. “Para a AD no discurso não há linearidade na disposição dos elementos no quadro comunicativo, pois a língua não é apenas um código. As práticas discursivas são processos de identificação de sujeitos, de argumentação, de subjetivação e de construção da realidade” (NEOTTI, 2007, p. 15). Para este estudo, tomamos uma fala de Orlandi (2010, p. 16) ao considerar o discurso como “a língua no mundo”, com “homens falando”, e deste modo é necessário relacionar a linguagem à sua exterioridade.

Assim, utilizaremos para este trabalho os pressupostos teóricos da AD para buscar o(s) efeito(s) de sentido produzidos nos textos dos alunos (os TCCs), verificando o seu funcionamento a partir das condições em que foram produzidos, ou seja, condições

institucionais relativas à Universidade. A partir de então buscaremos compreender o processo de autoria dos alunos e a constituição da identidade em trabalhos de conclusão de curso.

O TCC, segundo a ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas), é definido como “documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador” (ABNT NBR-2011).

Esta pesquisa utilizará como *corpus* Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de alunos do Curso de Administração (1º semestre de 2011) de uma Universidade de Florianópolis, totalizando seis TCCs, orientados por três professores (dois trabalhos por orientador).

A delimitação do *corpus* foi estabelecida para verificar a possibilidade de encontrar marcas da posição-sujeito-administrador nos textos, no processo de autoria.

Faremos a análise de três elementos que serão considerados como as condições de produção dos textos dos alunos. Primeiramente foi necessário o estudo do manual e do regulamento do curso, os quais foram elaborados pela própria Universidade, que, além dos critérios criados por ela, seguiram as normas estabelecidas pela ABNT. Estes servem especificamente para orientar os alunos na elaboração (o que nos interessa para a pesquisa) e na formatação da metodologia dos trabalhos de conclusão de curso. Foi feito também um estudo da proposta do curso da Universidade que cedeu o material para a análise. Os TCCs serão tomados como exemplares do Discurso Acadêmico (DA), os quais são produzidos dentro de um espaço discursivo, ou seja, a Universidade, onde ele não é único, e sim, divide o espaço com o Discurso Pedagógico (DP) e o Discurso Científico (DC).

Podemos dizer que o DA é o mais polêmico entre o DP e o DC, pois procura dar um sentido, ou um novo sentido, ao saber, possibilitando ao aluno colocar-se como autor (NEOTTI, 2007).

O DP, por outro lado, apresenta predominância de discurso autoritário, pois

Há um trabalho de ocultamento do referente produzindo um efeito de sentido de evidência, de naturalidade, como se o sentido do DP fosse óbvio, como se sempre tivesse sido assim. Este funcionamento traz como consequência um discurso alheio a questionamentos em que há somente um agente exclusivo: o professor, aquele que controla o dizer (NEOTTI, 2007, p. 28).

O DC, assim como o DP, também tende a ser autoritário. Pelo fato de estar no campo da (relativa) certeza, “convence o outro a aceitá-lo como verdade, já que por meio de

resultados empíricos e de dados estatísticos cria-se um efeito de verdade, limitando a possibilidade de dúvidas”, o que, “além da “força” dos argumentos, dá-se também, pelo caráter formal da produção” (NEOTTI, 2007, p. 31).

O objetivo geral deste trabalho consiste em verificar como se apresenta, discursivamente, o desenvolvimento de autoria em suas relações com a identidade da profissão de administrador, a partir das condições de produção que determinam esta formação discursiva. Com relação aos objetivos específicos, procuramos:

- a) Compreender de que modo o regulamento, o manual e a proposta do Curso de Administração relacionam-se com o desenvolvimento da autoria;
- b) Compreender de que modo o aluno articula a autoria com as condições de produção do TCC de modo a identificá-lo como administrador;
- c) Verificar no Discurso Acadêmico características que representem discursivamente a identidade do administrador.

Esta pesquisa tem como motivação o entendimento de como se dá o processo de autoria e a constituição da identidade do sujeito-profissional de administração em trabalhos de conclusão de curso. A escolha se deu pelo fato de que, por ser formada em Letras, embora não atuando como professora, temos a tendência de relacionar os estudos que tenham proximidade com esta área. Assim, despertou-nos a curiosidade em trabalhar com uma área que não fosse tão específica, e após pensarmos em várias alternativas optamos pelo curso de Administração. Já a escolha da Universidade se deu pelo contato pessoal com profissionais que atuam nesse campo, o que facilitou a coleta do material necessário para a pesquisa.

Desenvolvemos a fundamentação teórica de modo a “reger” o trabalho de análise, tentando atingir os objetivos propostos para este estudo. O trabalho foi então organizado, quanto à sua estrutura, em quatro capítulos: o primeiro introdutório, com a presente visão sucinta do trajeto da pesquisa. O segundo capítulo trata da fundamentação teórica, apresentando a Análise do Discurso de linha francesa e os conceitos principais para esta pesquisa em busca de respostas relativas aos objetivos propostos. O terceiro capítulo constitui a organização do *corpus* e análise, por meio da interpretação e descrição. E, por fim, no quarto capítulo são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem como finalidade apresentar o quadro teórico que serviu de referência ao estudo da questão temática posta. A seção foi dividida em cinco subseções, a saber: Análise do Discurso, Discurso, Autoria, Ideologia e Identidade.

2.1 ANÁLISE DO DISCURSO

O objeto de estudo deste trabalho é a discursividade na qual se materializam os textos produzidos por alunos. Assim, serão mobilizadas noções da Análise do Discurso (AD), daí a necessidade de apresentá-la primeiramente, para, em seguida, tratar dos conceitos necessários para esta pesquisa.

A Análise de Discurso de corrente francesa foi inaugurada pelo francês Michel Pêcheux, com o lançamento do livro *Análise automática do discurso*, em 1969. A Análise de Discurso é uma teoria que tem como objeto de estudo o discurso, tentando buscar um sentido ou que efeitos de sentido este provoca nos sujeitos a partir do lugar/ posicionamento que tomam. A AD está relacionada com outras três teorias, sendo a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise (teorias revisitadas e ressignificadas), não tendo como interesse principal a língua ou a gramática para explicá-la, mas usando-as através do texto como objeto material do discurso (seja ele oral ou escrito). Faz isso para dar sentido às palavras utilizadas para expressar simbolicamente as relações humanas com o mundo natural e social por meio das formações discursivas, como espaços específicos das formações ideológicas de determinada formação social (BRAGA; FURLANETTO, 2008).

Assim, seguindo Braga e Furlanetto (2008), o papel da AD não consiste em descobrir o que o discurso quis dizer, ou o que está por trás dele, mas sim, que sentido(os) ou que efeito(s) de sentido(s) ele produz a partir do seu contexto, do sujeito e da ideologia, tendo como unidade o texto. Ou, nas palavras de Orlandi:

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna

possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 2010, p. 15)

Como a finalidade da AD é explicitar como um texto produz sentido(s), ela “ocupa esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. [...] O que faz efetivamente a Análise de Discurso: ela interroga a interpretação” (ORLANDI, 2005, p. 21-22).

Assim, utilizando as palavras de Orlandi (2006a, p. 13), podemos resumir que:

A Análise do Discurso tem seu método e objeto próprios que tocam os bordos da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria psicanalítica do sujeito. É este o contexto teórico da análise do discurso. São essas as condições históricas do aparecimento da análise do discurso.

Desta forma, os conceitos principais da AD serão discutidos no decorrer desta pesquisa, para, através do discurso, “representado” pelas marcas e formas de ausência (não dito) nos textos escritos por alunos (mais especificamente os trabalhos de conclusão de curso – os TCCs), das palavras por eles escolhidas, dos recursos postos em função, tentarmos verificar que espaços discursivos de formações ideológicas deixaram neles marcas para identificá-los (ou não) como administradores – ou mais especificamente, expressaram seu nível de autoria.

2.2 DISCURSO

A palavra ‘discurso’ está presente em nosso cotidiano e, para as pessoas em geral – ou seja, a ideia comum que se tem do discurso –, este é um ato de fala (oral ou escrito). O discurso, através das manifestações languageiras (práticas), é utilizado na comunicação entre duas ou mais pessoas, a maneira de expor suas ideias, responder, perguntar, fazer contatos, negociar, propor, ameaçar, criticar, ponderar, argumentar, doutrinar, etc. – às vezes com caráter formal, com pronunciamentos legitimados, como os discursos políticos, religiosos ou

até mesmo um comunicado feito para um pequeno ou grande grupo de indivíduos. Portanto, para esses diferentes discursos, diferentes ideologias e diferentes lugares sociais estarão envolvidos e desta forma, além de aspectos sociais, também os linguísticos serão diferentes (FERNANDES, 2008).

Ao tomar o discurso como ponto central neste trabalho, torna-se necessário enquadrá-lo nas teorias da Análise do Discurso (AD), de linha francesa, sendo imprescindível o conceito de sujeito, o qual será interpretado aqui como sujeito do discurso. Considera-se assim,

que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico (FERNANDES, 2008, p. 24).

Ou seja, o sujeito para a Análise de Discurso tem um significado distinto daquele concebido na Linguística: ao contrário de apenas adquirir a língua para fazer uso da/na comunicação, sendo considerado como sujeito falante, o sujeito discursivo remete especificamente a posicionamento (no contexto social), e a partir daí utiliza-se do meio para formar outros discursos a partir de outras vozes, e assim tornando-se sujeito falando. Desloca-se, portanto, o sujeito pragmático para uma posição específica de/ao dizer. Assim, ao formar o discurso, o sujeito “acredita” que está formulando algo inédito, porém esse é, segundo Pêcheux (1997), efeito do “esquecimento número um”, que apaga para o sujeito o fato de que o “seu” discurso está formado por vários outros, que uma vez já foram ditos, estando uns relacionados aos outros (FERNANDES, 2008).

Ao utilizar o “já-dito”, visto que não existe língua sem sujeito e discurso sem ideologia, o sujeito irá utilizar-se de palavras e expressões que, dependendo da situação específica em que serão empregadas, darão um sentido diferente a estas, do mesmo modo que, palavras diferentes poderão apresentar o mesmo sentido em uma formação discursiva (ORLANDI, 2006a). Assim, de acordo com Pêcheux, o sujeito articula o que já existe para a formulação do seu discurso e desta forma é assujeitado pela ideologia, ou seja, pela formação discursiva dominante, isto é, a formação discursiva “simula o interdiscurso no intradiscurso” (PÊCHEUX, 1997, p. 166-167).

Nesse caso entram em função os esquecimentos, os quais na AD são comumente chamados de esquecimento número 1 e esquecimento número 2.

O esquecimento número 1 é o que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. [...] Pelo esquecimento número 1 é que tem a ilusão de ser a origem do que diz. O esquecimento número 1 é chamado de esquecimento ideológico e é inconsciente. É da ordem de constituição do sujeito e do sentido. O esquecimento número 2 é da ordem da formulação. O sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. [...] Ele produz a impressão da realidade do pensamento, como se houvesse uma relação termo a termo entre o que digo, o que penso e a realidade a que me refiro (ORLANDI, 2006a, p. 21).

O discurso então, como diz Orlandi (2010), nos dá a ideia de curso, da palavra em movimento, onde é possível observar o homem falando. O discurso passa a ser um objeto complexo de análise, pois é nele que o sujeito materializa a língua(gem) através do texto expressando posições ideológicas. Conforme Fernandes (2008, p. 16), retomando uma lição de Pêcheux, “as palavras tem sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem”. Desta forma, as palavras têm sentido no contexto em que o sujeito esteja inserido. Estas serão interpretadas de forma diferente, dependendo de quem estará interagindo no discurso, pois ideologias serão manifestadas através de diferentes posicionamentos na fala ou na escrita.

Para Orlandi (2010, p. 21), “o discurso é efeito de sentidos entre locutores”, ou seja, a interpretação do que foi dito está relacionada, como dito anteriormente, não somente com a questão ideológica dos participantes do discurso, mas também com o contexto, o qual está interligado ao discurso. Neste caso, trata-se do que Orlandi (2010) chama de condições de produção, das quais fazem parte o contexto amplo (contexto sócio-histórico, ideológico) ou imediato (circunstâncias da enunciação) e ainda, a memória discursiva e o interdiscurso. No momento da sua formulação o discurso fará sentido pela junção do que está sendo dito aqui e agora com o contexto sócio-histórico, ideológico.

De acordo com Pêcheux (1997), o discurso se dá pelo processo de interpelação do sujeito na ideologia, a qual produz sentido nas palavras pela evidência, ou seja, elas terão sentido pela posição ideológica dos sujeitos na formação discursiva, pelo interdiscurso, em que o discurso é produzido.

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma [...] enquanto “pré-construído e “processo de

sustentação) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1997, p. 163).

Com relação ao sujeito, temos ainda o que chamamos de antecipação. A antecipação torna possível a argumentação, pois permite ao locutor colocar-se no lugar de seu ouvinte, imaginando a sua resposta. Cabe também ao sujeito, ou melhor, o lugar que o sujeito ocupa, a relação de força que ele exerce sobre o seu discurso. Se em determinado momento o sujeito ocupa a posição de professor, pai, aluno, o poder do seu discurso será determinado pela relação de hierarquia determinada pela sociedade. Por exemplo, na sala de aula, entende-se como autoridade a voz do professor e não a do aluno, pois é ele o possuidor do conhecimento e assim, espelho para seu educando (ORLANDI, 2006a).

O interdiscurso é formado por um conjunto de formações discursivas, ele determina as formações discursivas. Essas, por sua vez, são formadas a partir da memória discursiva, ou seja, o sujeito possui um conhecimento de palavras e expressões a partir do chamado já-dito. O interdiscurso é a própria memória discursiva, pois é formado por um conjunto de palavras e expressões, uma vez já utilizadas pelo outro ou pelo próprio sujeito do discurso, sendo com o mesmo ou com diferente sentido. Porém, todas essas formações discursivas, toda memória discursiva, ao mesmo tempo que já foram utilizadas, agora apagadas na memória, terão sentido de novo a cada nova formulação (ORLANDI, 2010).

O interdiscurso se configura com “a presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva” (FERNANDES, 2008, p. 49).

Para Pêcheux (1997, p. 162-164), a estrutura do interdiscurso é formada *pelo pré-construído*, a matéria-prima do discurso, que “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” e *pela articulação*, a qual “constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”. Ou seja, a articulação permite que o sujeito formule o seu discurso escolhendo ou substituindo palavras, expressões, proposições, dentro de determinada formação discursiva. Porém, esses elementos componentes do interdiscurso podem ser confundidos na formulação do discurso, não sendo possível identificar “o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito” (PÊCHEUX, 1997, p. 168).

A formação discursiva é componente da formação ideológica. Levando em consideração um ponto de vista concordando ou discordando de um determinado assunto ou

situação, os sujeitos formarão o seu discurso a partir do que acreditam (conforme valores estabelecidos) e pelo lugar que ocupam (FERNANDES, 2008). Podemos dizer então que as formações ideológicas determinam o posicionamento do sujeito materializado em palavras ou expressões que acolhe/escolhe ao produzir seu dizer, formando sentido a partir daquilo em que ele acredita; então o sentido e o sujeito do discurso estão relacionados com a ideologia.

O interdiscurso determina a formação discursiva [...] o interdiscurso é constituído de todo dizer já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer. É ele que fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e significações percebidas, experimentadas. [...] Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso, do Outro). A isso é que chamamos de historicidade na análise de discurso. Chamamos de efeito de pré-construído, a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já-dito sustentando todo o dizer. (ORLANDI, 2006a, p. 18)

Por sua vez, a memória discursiva, de acordo com Orlandi (2010), é marcada pela história e é composta pelo momento da formulação (a atualidade) e pela memória (constituição). Assim, no momento da formulação do discurso, o sujeito se apropria do que já foi dito e faz de outros as suas palavras, tomando-as como suas. Ou seja, a constituição de vários discursos já existentes, que já foram ditos em outro lugar e em outro momento, porém esquecidos, acabam por fazer parte de outro discurso, e assim sucessivamente. Desta forma, a memória discursiva é formada pelos esquecimentos, que por sua vez formam o interdiscurso, dando início a outros discursos. Segundo Orlandi (2010, p. 34) “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente”.

2.2.1 Discurso Pedagógico

Ao considerar o discurso como efeitos de sentido a partir das posições ideológicas e das condições de produção, destaca-se também a necessidade de discorrer a respeito do discurso pedagógico, sabendo-se que este faz parte do contexto acadêmico, embora não seja o objeto central do estudo. O discurso pedagógico, com seu caráter institucional de ensino e aprendizagem, encontra-se ligado ao discurso acadêmico, e será tomado como ponto de partida para a formação do discurso acadêmico (ORLANDI, 1996).

Ao falar em discurso pedagógico, logo vem à mente que estamos falando do professor, o qual socialmente é visto como um ser de autoridade dentro do contexto acadêmico; desta forma, como observa Orlandi (1996, p. 16), “o sujeito passa a instrumento de comando”. Assim, entendemos que o professor, de certa forma, exerce influência no discurso do aluno, pois é o espelho na sala de aula, servindo como referência e modelo para o estudante. Essa condição de referência é dada ao professor por ser ele considerado como “fonte” do conhecimento, é ele quem detém a sabedoria e cabe ao aluno “aprender” o que ele ou a instituição se propõe a ensinar.

O professor é institucional e idealmente aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender. O que o professor diz se converte em conhecimento, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, no espaço escolar, na aquisição da metalinguagem, a dizer que sabe: a isso se chama escolarização (ORLANDI, 1996, p. 31).

A partir desta perspectiva, tomamos como referência Orlandi (1996), que menciona vários pontos importantes para a compreensão da formação do discurso pedagógico, iniciando com os três tipos de discurso: o discurso lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário, os quais serão assim caracterizados:

O discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de *polissemia aberta* (o exagero é o *non-sense*). O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma *direção*, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na *polissemia controlada* (o exagero é a injúria). No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem (ORLANDI, 1996, p. 15-16, grifos da autora).

O discurso pedagógico, então, é caracterizado como predominantemente autoritário, pois é ele que confere ao professor o direito de dizer ao aluno o que ele deve saber. Desta forma, Orlandi (1996) apresenta este ensinamento como forma de inculcação, onde vários fatores caracterizam o discurso. O primeiro fator apontado pela autora é a quebra de leis do discurso, enunciadas por O. Ducrot (1972, citado por ORLANDI, 1996) como: o interesse, a utilidade e a informatividade. A lei da informatividade está relacionada com o papel assumido pelo professor, pelo qual ele é o detentor do saber, ele se apropria do conhecimento do cientista e faz dele suas palavras, e assim, informa. A partir do contato com

o professor, o aluno aprende o que ele diz. Já as leis do interesse e da utilidade estão relacionadas ao interesse do ouvinte. No caso, o discurso do professor é de interesse e utilidade porque, a partir da sua fala, o aluno será informado daquilo que “precisa” saber (ou mostrar que sabe).

Outro fator mencionado pela autora para caracterizar a inculcação está relacionado com o discurso autoritário: o “é porque é”. Aqui não se discute o referente, no caso o professor. Já a cientificidade, outro fator, será caracterizada pela metalinguagem e pela apropriação do cientista feita pelo professor. A metalinguagem é que dá condições ao aluno de adequar seu discurso às divisões criadas pela instituição de ensino, aperfeiçoando-o conforme o avanço do saber, dando condições para que se torne homogêneo no espaço acadêmico. A apropriação do cientista feita pelo professor se dá pelo apagamento de como o professor se apropriou do conhecimento do cientista, tornando-se assim “dono” do conhecimento; é “a voz do saber na fala do professor” (ORLANDI, 1996, p. 21).

Assim, segundo Orlandi (2006a), podemos observar as relações de força durante a produção do discurso, ou seja, o lugar social do sujeito será determinado por quem exerce maior “poder”, o que explica relações de força entre professor e aluno dentro da instituição de ensino.

2.2.2 Discurso Acadêmico

Se tomarmos como ponto de partida a palavra ‘acadêmico’ como a imagem do aluno, remeteremos o Discurso Acadêmico (DA) ao aluno, assim como o DP é remetido ao professor. Porém, não podemos desconsiderar que a Universidade é um conjunto de professores, alunos, funcionários e todos que dela fazem parte e assim constituem também o DA. Todavia, adotaremos nesta pesquisa o DA como próprio do aluno, levando em consideração que o seu discurso, através do texto escrito, neste caso o TCC, é o que será analisado.

Para Carioca (2007, p. 827), a formulação do DA “depende de uma pesquisa minuciosa e efetiva sobre um objeto, que é metodologicamente analisado à luz de uma teoria”. É assim que não podemos separar o DA do DP e do Discurso Científico – DC (que será explicado posteriormente). De um lado o discurso pedagógico, que conduzirá o aluno

através de seus conhecimentos, informando, explicando, discutindo e até mesmo influenciando o aluno, e também o que dará o parecer da aceitabilidade ou não da pesquisa. Do outro lado, o DC, que dará o suporte teórico para a construção do seu trabalho (CARIOCA, 2007).

O discurso acadêmico é uma construção perpassada pela heterogeneidade e que sua constituição é alicerçada por um sujeito que ora se mostra e ora se esconde, fazendo uso das estratégias discursivas próprias de tal discurso, para expressar aquilo em que acredita e que intenta fazer verdadeiro para outros (CARIOCA, 2007, p. 828).

Assim, o discurso do aluno é considerado heterogêneo, pois toma como base vários outros textos (intertextualidade) e vários outros discursos (interdiscursividade) para a formação do seu, ou seja, é um discurso que forma um novo sentido, resultante do confronto entre o DP e o DC.

No que se refere ao suporte teórico, o aluno dispõe de recursos para a construção do seu texto, como o que podemos exemplificar abaixo com a conceituação da autora:

O discurso acadêmico se caracteriza pela utilização sistemática de estratégias textual-discursivas de construção de sentido envolvendo citações e paráfrases em sua constituição, como também pelo usufruto da argumentatividade para a demonstração e validação de teses (ideias) em gêneros textuais que configuram partes distintas dos textos acadêmicos, tais como: pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos, bibliografia, introdução, resultados das análises, resumo ou abstract, índice, sumário, conclusões, quadro teórico, revisão da literatura, considerações finais, discussão dos resultados, introdução, anexos, referências bibliográficas, fundamentação teórica, objetivos, etc. (CARIOCA, 2007, p. 829).

As citações são representadas através da intertextualidade, mas expressas de forma implícita (informando a fonte da informação) ou explícita (utilizando a memória para recuperar a fonte). As citações são utilizadas como um recurso que impõe respeito, pois o aluno está comprovando seus argumentos com discursos que já foram aceitos. A paráfrase também é um recurso que o aluno encontra para poder expor com suas palavras as ideias encontradas em outros autores (CARIOCA, 2007). Neste caso, segundo Neotti (2007, p. 35) “o aluno pode, em determinadas condições, ser aquele que detém o saber sobre o referente”, onde o saber estaria esperando, pelo processo de reversibilidade “um sujeito que lhe garantisse um sentido, um sujeito, então, que se colocasse como autor”.

Resumindo, nas palavras de Carioca (2007, p. 835):

A intertextualidade, a interdiscursividade, a autoria e a argumentatividade fazem parte da estruturação do discurso acadêmico como elementos que se inter-

relacionam para projetar implícita ou explicitamente a subjetividade do autor nos gêneros discursivos pertencentes a esta comunidade científica.

O DA, em relação ao DP e o DC, é considerado o mais polêmico, pois, ao mesmo tempo que o aluno tem a oportunidade de ingressar no meio científico, tentando fazer com que seu trabalho seja reconhecido, e assim “praticar” a autoria em seus escritos, deverá seguir critérios rigorosos na sua construção, como: impessoalidade, objetividade, clareza, precisão, coerência, concisão e simplicidade. Estes critérios são aplicados nos diversos gêneros textuais que serão produzidos durante a vida acadêmica e são normatizados pela comunidade discursiva¹ a que pertence (CARIOCA, 2007). De acordo com Andrade (2008, p. 40), o processo de criação escrita é regulado pela vertente cultural, “que se refere aos modelos instituídos socialmente”, e que “é responsável por normatizar os modos de dizer”. É nesse sentido que as regras da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) são adotadas e seguidas nas Universidades.

Como explica Botelho (2009, p. 7), a linguagem acadêmica é considerada também como linguagem técnico-científica, e para que tenha legitimidade e seja reconhecida no meio científico, não pode haver duplo sentido ou ser ambígua. Por este motivo procura-se seguir as recomendações da ABNT, de modo que “se apresentem textos escritos em terceira pessoa do singular, parágrafos curtos, objetividade, clareza e concisão”. Outra questão está relacionada ao aspecto léxico da linguagem acadêmica, pois “contribui para a caracterização do texto de uma área do conhecimento específica [...] Assim, a especificidade tanto gera reconhecimento científico como cria um isolamento das produções escritas acadêmicas, já que os termos utilizados referem-se às áreas específicas do conhecimento”.

Outro ponto a ser observado no DA, no que se refere à escolha das palavras, é o sentido não apenas para aproximar as áreas do conhecimento, mas também para identificar a posição do sujeito como escritor de seu texto. Podemos destacar, no caso desta pesquisa, a utilização da voz passiva e a utilização de modalizadores. Segundo Pedrosa (2005), o uso da voz passiva “permite a omissão do agente por ser irrelevante, por ser evidente por si mesmo ou por ser desconhecido, mas, também, a omissão pode ter razões políticas ou ideológicas, a

¹ Entendemos por comunidade discursiva, aqui, grupos sociais que produzem e gerem discursos com certas características, considerando que os modos de organização dos sujeitos e seus discursos são inseparáveis, e as “doutrinas” são inseparáveis das instituições que as fazem emergir. A noção pode se aplicar a qualquer comunidade de comunicação restrita organizada em torno da produção discursiva, por exemplo a jornalística, a jurídica, a científica (V. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002). Supõe-se que comunidades discursivas se formam a partir de certas práticas sociais/discursivas, com instrumentos, normas, valores, atitudes comuns.

fim de ofuscar o agente, a causalidade e a responsabilidade”. Com relação aos modalizadores, estes são definidos “como a gramaticalização das atitudes subjetivas e opiniões do falante” (PALMER, 1986, p. 18 *apud* SANTOS, 2008, p. 4), diante do enunciado produzido por ele.

Desse modo, de acordo com Neotti (2007, p. 34), mesmo havendo a necessidade de utilizar esses recursos na formulação do DA, o sujeito desse discurso procura manter e dominar a presença do referente, fazendo uso de formas de heterogeneidade enunciativa para produzir sentido sobre a ciência. Segundo a autora, o aluno dispõe de partes dos trabalhos acadêmicos, como a fundamentação teórica e a análise para criticar e argumentar sobre o assunto estudado de forma a contribuir sobre o que está sendo discutido. É neste caso que o aluno pode assumir a função-autor, tendo certa autonomia sobre a ciência, dando-lhe uma direção. A função-autor “permite ao sujeito/aluno certo domínio sobre o referente (saber/ciência) diferentemente do DP em que a função-autor não garante ao aluno uma posição que não seja aquela de repetir o que o professor diz” (NEOTTI, 2007, p. 54).

Já o professor, no Discurso Pedagógico, como dito anteriormente, se apropria da voz do cientista na transmissão do saber. Nesses dois casos, o DA e o DP, a autora trata a ciência como um simulacro, pois a linguagem de que trata a ciência não é a mesma do discurso científico. Uma vez transmitida (a ciência) pelo DP, seu sentido é transformado pelo autoritarismo determinando de certo modo o DA. Assim, tentaremos compreender, através do DP materializado no regulamento e no manual do Curso de Administração, como essa característica autoritária relaciona-se com o desenvolvimento de autoria dos alunos nos trabalhos de conclusão de curso.

2.2.3 Discurso Científico

O Discurso Científico (DC), assim como o DP e o DA também se apresenta, no meio acadêmico, e, na linha do discurso pedagógico, também possui um caráter que tende para o autoritário. É neste lugar, (escola ou universidade) que o DC se legitima, “mas vale lembrar que enquanto no DP existe o apagamento do cientista pelo professor, no DC o sujeito do discurso é o próprio cientista” (BADIN, 2008, p. 37). Esta característica é aceita pela sociedade pelo fato de que a ciência é tida como objetiva. “O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente” (CHALMERS,

1993, p. 23). Dentro da academia, o DC serve como verdade para a formação do DP e do DA, pois os cientistas já aplicaram seus estudos, fizeram seus experimentos e verificaram hipóteses, permitindo a partir de então que suas teorias sirvam como objeto de estudo em sala de aula.

Se olharmos do lugar ou espaço dos cientistas, existe um jogo entre o discurso lúdico (onde cada interlocutor pode produzir diferentes sentidos sobre o objeto discursivo – o referente) e o polêmico (onde os interlocutores mantêm a presença do seu referente, dando-lhe uma direção). No momento em que ainda estão experimentando seus objetos de pesquisa e buscando soluções para seus questionamentos, serão levadas em consideração as condições de produção e as formações discursivas em que se inserem os sujeitos formadores do DC. Quando chega até nós, o DC é visto como autoritário pela verdade já conquistada, nos trazendo a ideia de que seu discurso é autêntico e produz um efeito de sentido de verdade, pois “as teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados de experiência adquiridos por observação e experimentos. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar, etc.” (CHALMERS, 1993, p. 23).

Seguindo este mesmo raciocínio com relação ao conhecimento científico, Rauén (2002, p. 24) apoia-se em Ander-Egg (1978, p. 15) para conceituar a ciência como “um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodologicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza”. Ou seja, a ciência é *racional* porque se utiliza do método científico para um determinado estudo e com ele busca chegar à síntese; é *certa* ou *provável* porque não se pode ter certeza absoluta sobre os estudos; são *obtidos metodologicamente* porque as etapas da investigação são planejadas; é *sistematizado* porque segue critérios lógicos com base nas teorias; é *verificável* porque precisa ser testada e julgada e também, *relativos a objetos da mesma natureza* porque pertencem a determinada realidade, que guardam entre si, elementos de homogeneidade (RAUEN, 2002, p. 24 e 25).

Retomando o que Chalmers (1993) chama de conhecimento científico, cabe ilustrar que este não é a única forma de conhecimento a ser aceita pela sociedade em geral. Segundo Ruiz (1979, p. 91), podemos verificar que

a ciência não é o único caminho que o homem trilhou ou pode trilhar para chegar à verdade e à certeza; nem é a verdade ou a certeza que caracterizam o conhecimento científico. O que distingue e caracteriza as diversas espécies de conhecimento são o modo de conhecer e os instrumentos do conhecer. O mesmo “objeto” de conhecimento pode ser atingido por diversas vias e diferentes modos.

Ruiz (1979) argumenta que existem outras formas de conhecimento diferentes do científico, que são adquiridos pela experiência pessoal e pela tradição histórica, porém, como dito anteriormente, trata-se de uma ilustração para não discriminarmos outras formas de aquisição do conhecimento, e não tomarmos apenas o científico como única fonte de sabedoria. O conhecimento científico é o que nos dá a razão para o estudo desta pesquisa.

E considerando que é na instituição de ensino que se transmite/trabalha o saber/conhecimento, os quais são sustentados no conhecimento científico e transmitidos pelo professor, através do discurso pedagógico, podemos entender esse mecanismo como uma forma de *mistificação*. Ou seja, o professor se apropria da voz do cientista sem mostrar o mecanismo pela qual ele a representa, não possuindo total autonomia com relação ao seu discurso, pois ele incorpora o saber manipulando-o para poder transmiti-lo. Já o DC, ao incorporar o saber, possui maior autonomia para elaborar ou modificar o discurso (ORLANDI, 1996a, p. 244-245).

Por outro lado, podemos dizer que na comunidade acadêmica existe também uma continuação ou incentivo para a formação do DC, sendo a universidade um ambiente para a construção do saber, uma vez que os estudos feitos por professores, acadêmicos e pesquisadores apresentam certo grau de cientificidade ao buscar uma solução ou resposta para suas hipóteses, havendo uma “interação” entre os discursos acadêmico, pedagógico e científico (NEOTTI, 2008).

Portanto, para que se construa a ciência, o pesquisador deve apropriar-se do discurso científico, de códigos e de uma metalinguagem específica para a comunidade a que pertence, sabendo o que pode e o que não pode ser dito para a construção de uma verdade. “O discurso científico é, portanto, um discurso próprio a ser interpretado dentro de uma formação discursiva específica” (ADINOLFI, 2006/2007, p. 3). É neste sentido que o DC é tido como autoritário; supondo-se seu privilégio de portador da verdade, manifesta uma postura de poder mediante a apropriação da linguagem e inscrição em uma discursividade própria da formação discursiva correspondente.

O que buscamos compreender neste estudo é justamente a (im)pessoalidade de assunção da autoria do sujeito-aluno de graduação em relação a seu percurso por teorias e métodos de modo a ocupar, a partir desse percurso, a posição sujeito-profissional, neste caso, o administrador.

2.2.4 Discurso da Administração

Cabral (2005, p. 65) explica que os sentidos construídos na Administração são determinados, direta ou indiretamente, pela ideologia(s) na(s) qual(is) o sujeito esteja imerso na organização a que ele pertence. Assim, “a administração se faz através de discursos sucessivos marcados por várias ideologias e, conseqüentemente, através de posições nitidamente comprometidas. O discurso da administração se faz, como qualquer outro discurso científico da área humana, com significados explícitos ou latentes” (CABRAL, 2005, p. 65).

Cabral (2005, p. 65-66) aponta ainda a ligação existente entre poder e estratégia (termos bastante utilizados na literatura da administração) na formação do discurso da Administração. Segundo ele, o poder é entendido como dominação, vindo ao encontro do que Motta apresenta sobre a ideologia da Administração (tópico estudado no capítulo 2.3), prevalecendo a crença, os valores e os objetivos da classe dominante. Neste caso, o poder é conceituado como uma relação entre os sujeitos, não podendo existir sem consentimento (PABST; SIQUEIRA, 2008, p. 379). Já a palavra ‘estratégia’ é a forma como o discurso será empregado para alcançar os objetivos dentro da organização.

“Estratégia é um mecanismo de poder. As pessoas nas organizações podem ser identificadas conforme sua participação no discurso da estratégia e nas práticas a ele relacionadas” (WHIPP, 1996, p. 263). [...] Com sua força, o discurso torna-se capaz de modelar comportamentos e delimitar racionalidades que visam tanto incluir quanto excluir visões de mundo, padrões de ação, etc. Desta forma, o discurso serve de instrumento de dominação à medida em que aqueles que são dominados colaboram com os dominadores ao tomarem como certo, como um dado tanto o próprio discurso quanto a sua definição da situação (GITLIN, 1989, p. 357 *apud* CABRAL, 2005, p. 66).

Pabst e Siqueira (2008, p. 380) relacionam o poder ao respeito e amor, semelhante² à relação pai e filho. Assim, o pai (o dono ou o superior na organização) dita as leis e regras e os filhos (os empregados) devem seguir e obedecer ao pai, em respeito às suas determinações. Essa, pelo menos, é a figura (ilusória) predominante construída para funcionar sugestivamente naquele ambiente. O discurso, então, funciona a partir da história da empresa, como uma estratégia, para alcançar seus objetivos, com a justificativa de que o trabalho é o

² Essa figura caricata reduz as funções de paternidade a um poder superior que não deve ser contestado, devendo ao mesmo tempo levar ao efeito de afetividade e respeito mútuos – o que só a prática comprovará.

cumprimento de uma missão desde o momento da sua fundação, e que os interesses dos funcionários são os mesmos da organização, o que esconde “uma rede simbólica de relações de dominação ideológica e de poder” (FARIA e MENEGHETTI, 2001, p. 1 *apud* (SARAIVA; PIMENTA e CORRÊA, 2004).

Outro exemplo de estratégia discursiva utilizada pela organização é o trato “amoroso” dos trabalhadores e funcionários como colaboradores, parceiros, na tentativa de aproximar e valorizar discursivamente seus empregados. “A submissão é facilitada quando todos se sentem parte da decisão, afinal são colaboradores” e não apenas empregados, o que faz com que eles tenham um comprometimento maior com a organização (PABST; SIQUEIRA, 2008, p. 381). Certamente há um jogo de efeitos quando se atenta para o deslizamento na passagem de “empregado” para “colaborador” e “parceiro” (afastamento/aproximação, neste caso com o suposto esmaecimento da relação hierárquica).

O discurso nas organizações está voltado para o envolvimento dos sujeitos, numa espécie de controle através do afetivo e nas relações de poder, de forma que eles “deixam-se dominar na esperança de que seus desejos pessoais possam ser atendidos” (SIQUEIRA, 2006, p. 185 *apud* PABST; SIQUEIRA, 2008, p. 383). Por outro lado,

O discurso auxilia a compreensão não apenas da ideologia subjacente às organizações, mas também como as organizações exercem influência sobre a sociedade como um todo, utilizando-se de seus membros. Ele procura atuar influenciando a esfera da subjetividade dos trabalhadores, ao apresentar-se como representante da felicidade geral, situação na qual deixaria de existir o indivíduo com capacidade de deliberação, com capacidade de reflexão e com espírito crítico (FREDO, 1994 *apud* SARAIVA; PIMENTA; CORRÊA, 2004).

Porém, Saraiva, Pimenta e Corrêa (2004) explicam que a aceitação por parte dos sujeitos que trabalham nas/para as organizações nem sempre atua na doutrina do conteúdo ideológico imposto pela empresa; muitas vezes eles se utilizam desse conteúdo em busca de benefícios próprios, “procurando levar vantagem vestindo a camisa da empresa”.

Ou seja, a forma como o discurso é formulado é uma estratégia de poder utilizada na Administração como uma armadura para a satisfação de seus interesses, uma forma de delimitar espaços, a luta pela dominação, o estabelecimento de hierarquias sociais e culturais (CABRAL, 2005).

2.2.5 Heterogeneidade(s) enunciativa(s)

Como vimos anteriormente, para que um discurso seja constituído, é necessário que o sujeito refira-se ao que já foi dito, submetendo-se aos esquecimentos um e dois desenvolvidos por Pêcheux. Ou seja, no momento de sua formulação o sujeito “pensa” que está produzindo algo novo e ao mesmo tempo “pensa” que aquele enunciado só pode ser dito daquela maneira. Neste caso, o que é exterior ao sujeito e ao discurso exerce influência para a formação de ambos, pois é a partir de quem é este sujeito, a sua identidade, do lugar que ele ocupa e a ideologia é que constituirá o seu discurso.

No que diz respeito a esta pesquisa, buscaremos relacionar esse exterior que forma o sujeito aluno como futuro profissional de administração e o discurso que ele produz, materializado em texto, manifestado (ou não) em algum grau na autoria.

Com relação à exterioridade que determina o sujeito e seu discurso, Authier-Revuz (1990) trabalha com a heterogeneidade, classificando-a como heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. Para a autora, “num domínio como o da enunciação, o exterior inevitavelmente retorna implicitamente ao interior da descrição e isto sob a forma “natural” de reprodução, na análise, das evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto a sua atividade de linguagem” (p. 25). Neste caso, o outro se encontra presente no discurso de forma natural. A autora classifica a heterogeneidade mostrada como marcada e não marcada.

Neste conjunto de formas marcadas, distingo aquelas que mostram o lugar do outro de forma unívoca (discurso direto, aspas, itálicos, incisos de glosas) e aquelas não marcadas onde o outro é dado a reconhecer sem marcação unívoca (discurso indireto livre, ironia, pastiche, imitação,...) (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 36, nota 2).

No caso da heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, Authier-Revuz (1990) trata da constituição do sujeito apoiada em Freud: não como “uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem” (p. 28); e o discurso como produto do interdiscurso, sendo formado pelo exterior, pelos outros discursos “não como ambiente que permite extrair halos conotativos a partir de um nó de sentido, mas como um “centro” exterior constitutivo, aquele do já dito, com o que se tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso” (p. 27) – conforme explica Authier-Revuz a partir de Bakhtin, que é fonte de inspiração para a autora quanto à heterogeneidade.

Para a autora, tanto o sujeito como o discurso são formados pelo exterior. O primeiro com a ilusão de um ser único, no sentido de que o “eu” é apenas eu, único, não sendo formado pela exterioridade do mundo, e o segundo com a ilusão de ser a matriz do dizer, e assim “reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a linguística, esquecer” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29). Neste caso, tanto o sujeito como o discurso são atravessados pelo “Outro”, operando sobre o que a autora chama de denegação, ou seja, na negociação entre a heterogeneidade mostrada e a constitutiva. Para a formação do discurso existe a presença do “Outro”, o qual é encoberto, “com efeito, precisamente nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, a homogeneidade fazendo vacilar o domínio do sujeito [...] na autonomia do discurso” (1990, p. 33). Tenta-se, então, afastar essa ameaça do Outro, negando sua onipresença, por meio das formas marcadas da heterogeneidade mostrada, que buscam estabelecer uma representação da enunciação – ainda que ilusória, necessária para manifestar o discurso, visto que nela o sujeito aparece como “sujeito de seu discurso”, ou aquele que o controla. Daí que o que se pode chamar de “metadiscurso”, especialmente as glosas (X, isto é Y; X, no sentido de Y; X, como diria Aristóteles; X, como dizem os franceses; X, entre aspas, etc.) manifestam o processo de controle, de distanciamento do que se produz, como se esse controle pudesse de fato evitar a onipresença do Outro.

Resumindo, podemos recorrer a Maingueneau (1997) para tratar da heterogeneidade mostrada e da heterogeneidade constitutiva; o autor considera que:

A primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.

Para Maingueneau (1997), não somente as formas de heterogeneidade relacionam o discurso com o exterior, com o interdiscurso, mas também, em um nível constitutivo da formação discursiva, buscam a identidade discursiva (p. 111). O autor entende que a partir de um enunciado é possível formular vários outros, de modo que o sujeito enunciador interioriza ilusoriamente os pré-construídos, o interdiscurso, chamando esse “processo” de rede de formulações, “referindo ao lugar de onde é possível enunciar: cada um sabe/vê/diz/compreende que...” (MAINGUENEAU, 1997, p. 115).

Assim o autor relaciona o interdiscurso a outros três termos complementares: o *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. Por “*universo discursivo*”

entende-se o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura. Ele corresponde ao que Foucault chama de arquivo” (p. 116). Com relação ao *campo discursivo* o autor o define como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região” (p. 116). Por último o autor trata do *espaço discursivo*, o qual “delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa” (p. 117).

Desta forma, Silva (2010, p. 38), ao retomar Maingueneau, diz que “é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso. Isso não quer dizer que um discurso se constitui da mesma forma com todos os discursos desse campo, uma vez que se dá em razão de sua heterogeneidade”. Para o caso de nossa pesquisa, o campo discursivo se inscreve na categoria institucional do acadêmico, tomando-se como espaço discursivo a produção regulada dos TCCs dos alunos do curso de administração, nos quais cabe buscar o modo de sua formulação na heterogeneidade que os constitui, focalizando a construção da identidade e da autoria naquele campo.

2.2.6 Texto para a Análise do Discurso

Para iniciar esta seção, utilizamos um exemplo prático para diferenciar texto e discurso. Partindo de noções teóricas defendidas por Orlandi, tendo em vista que o material a ser analisado são os trabalhos de conclusão de curso, dizemos que os textos são os próprios TCCs, um material fechado com efeito de um trabalho pronto, acabado, que foi finalizado. Se olharmos do ponto de vista do discurso, os TCCs foram produzidos para um grupo com ideologias afins, e são caracterizados como discurso acadêmico, formados por vários outros discursos (ou vozes), podendo ainda formar outros discursos, tendo assim efeito de continuidade e inacabamento.

Ao falar em texto, logo nos vem à mente um conjunto de palavras/seqüências com um início, meio e fim, causando efeito de algo pronto, acabado. Para Orlandi (2007) o texto é um objeto com início, meio e fim a partir da sua apresentação empírica, um material concreto,

constituindo uma unidade e para isso, precisa ter textualidade³. É a textualidade que permite a interpretação do texto, fazendo com que uma única palavra, estando relacionada com a exterioridade e possuindo significado, possa ser considerada um texto (cf. ORLANDI, 2007, p. 54). Portanto, na perspectiva discursiva, o texto se mostra como um processo inacabado, vinculado a outros textos e a sua exterioridade constitutiva.

Neste sentido, Orlandi (2008b) esclarece que um texto não precisa necessariamente ser formado por várias frases ou enunciados, desde que haja sentido na discursividade. Através da história concebemos que o artigo “A” é indicativo de feminino bem como o “O” é indicativo de masculino; por analogia, agora tendo em vista a discursividade, a figura de um menino ou uma menina colada na porta de determinado lugar nos indica que o espaço correspondente é destinado ao uso por um gênero social ou outro. Também podemos exemplificar com as gravuras para idosos ou cadeirantes nos estacionamentos. Ou seja, hoje em nossa sociedade essas gravuras fazem sentido naquela situação, proporcionando a interpretação de que apenas determinadas pessoas podem usufruir dos lugares determinados pela representação daquelas imagens.

Os textos individualizam – como unidade – um conjunto de relações significativas. Eles são assim unidades complexas, constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica. Todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc.); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição etc.); quanto às posições do sujeito. Além disso, podemos considerar essas diferenças em função das formações discursivas: em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma determinante (ORLANDI, 2010, p. 70).

A partir do ponto em que nos encontramos (a AD), o texto, seja ele oral ou escrito, possui relação com a exterioridade, com a história e com isso é atravessado por várias formações discursivas. Para a AD, o texto deixa de ser um material literário, ou objeto para reflexão e estudo da língua, como aprendemos a olhá-lo na escola. Ele é a materialidade do discurso que permite que se analise as diferentes interpretações que ele possibilita, levando em consideração a opacidade produzida pela ideologia. Daí cabe dizer que “o texto não é um conjunto de enunciados portadores de uma e até mesmo várias significações. É antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas, em determinadas situações sociais (P. Fiala e C. Ridoux, 1973)”. (ORLANDI, 2008b, p. 87).

³ Do ponto de vista da Linguística Textual, diz-se que, para que um texto se caracterize como tal, ele deve apresentar coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade (cf. VAL, 1991).

E sendo o texto considerado como materialidade do discurso, vários fatores de sua construção (relações contextuais, textuais, intertextuais e interdiscursivas) são apontados por Indursky (2006, p. 70), o que permite ao texto seu “fechamento simbólico”. Assim, as relações contextuais produzem um efeito de sentido entre os sujeitos históricos e os textos por eles produzidos. As relações textuais são aquelas produzidas no texto a partir do interdiscurso (como memória discursiva de caráter histórico, constitutivo). As relações intertextuais são aquelas que relacionam o texto com outros textos no processo de construção autoral. E, por fim, as relações interdiscursivas: o sujeito, a partir do contato com outros discursos, apropria-se de formações discursivas não sendo mais possível identificar a origem delas. É nesse lugar de apropriação e organização de discursos anônimos, caracterizados por Pêcheux como *non-sens*, que surge a autoria, assunto que será discutido neste trabalho mais adiante.

O texto como dissemos, é a unidade de análise afetada pelas condições de produção e é também o lugar da relação com a representação da linguagem: som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. Mas é também, e sobretudo, espaço significante: lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação. O analista tem de compreender como ele produz sentidos, o que implica em saber tanto como ele pode ser lido, quanto como os sentidos estão nele. Na análise de discurso, não se toma o texto como ponto de partida absoluto (dadas as relações de sentidos) nem de chegada. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso (ORLANDI, 2010, p. 72).

Então, o texto, para a Análise do Discurso, é uma materialidade do discurso que deve ser relacionado às condições de sua produção. É o sujeito-autor que dá origem a seu texto, e atribui a ele sua completude e fechamento (imaginários), o qual é constituído pelo efeito de apagamento de outros textos, e assim produzindo a ideia de começo, meio e fim, “nada faltando e nada sobrando” (INDURSKY, 2006, p. 73).

2.3 A IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO E NA ADMINISTRAÇÃO

Outro ponto relevante para a realização desta pesquisa é a noção de ideologia. Uma vez que estamos tratando do sujeito (relações aos sujeitos), ou seja, a sua identidade ligada à sua perspectiva/anseio profissional juntamente com o seu discurso, cabe aqui tratar da ideologia que norteia esse conjunto para a produção de um objeto único, o TCC.

Para a AD, a ideologia realiza o trabalho de relacionar a linguagem e o mundo imaginariamente, como se fosse algo naturalizado, que se dá pelo processo de interpretação, onde há uma ligação entre o sujeito e a língua, com a história e com os sentidos. Essa ligação se dá pelo modo como a ideologia funciona através do imaginário, dando a impressão de que as coisas já possuem o seu sentido [de] juntamente com as palavras que as representam, e ainda a “impressão do sujeito ser a origem do que diz” (ORLANDI, 2010, p. 48).

O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “naturais”. Pela ideologia há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação. Assim, na ideologia não há ocultação de sentidos (conteúdos) mas apagamento do processo de sua constituição (ORLANDI, 2007, p. 66).

Esse efeito de evidência é tratado por Pêcheux (1997, p. 162) como um processo de interpelação do sujeito, que assim ele explica:

O funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Althusser (1998, p. 96), em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, que inspirou inicialmente Pêcheux, diz que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*”. Assim, o autor toma como exemplo a ideologia religiosa para explicar como os sujeitos são submetidos a uma ideologia. Neste caso, os sujeitos são submissos a um Sujeito superior, ou seja, Deus. Acreditamos Nele e assim nossas ações resultam num efeito espelho dessa crença. Pelo processo de interpelação os sujeitos “aceitam” a condição de serem submetidos a uma autoridade superior:

O indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que ele “realize por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que “caminham por si mesmos” (ALTHUSSER, 1998, p. 104).

Por outro lado, a ideologia também está diretamente ligada ao discurso, pois é por meio deste, nas condições de produção e em determinada formação discursiva, que as

palavras recebem sentido. Podemos exemplificar com a palavra *salário*. Esta possui sentidos diferentes para empregados e empregadores, uma vez que são regidos por ideologias diferentes para a realidade política e social, ou seja, para ambos seria uma troca pela mão-de-obra, porém para o empresário representa um pagamento em benefício próprio, ou para a aquisição de seu lucro; por outro lado, o empregado está trocando o serviço para o seu próprio sustento (ou da sua família). Existe uma expressão que diz que um funcionário no Brasil ganha pouco e custa muito caro. Em um grupo de empresários o *salário* engloba toda uma incidência tributária e benefícios, o que faz com que as empresas tenham que pagar duas vezes o que o colaborador recebe. Na visão do empregado, o *salário* representa a sua sobrevivência, e muitas vezes não cobre nem mesmo as suas necessidades. Então “o que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena” (FERNANDES, 2008, p. 17).

Ao mesmo tempo, Pêcheux (1997, p. 161) aponta que, assim como palavras com sentidos evidentes que, pela posição ideológica dos sujeitos, “recebem” significado a partir de uma formação discursiva, também “palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”.

Orlandi retoma a questão da interpretação com relação à ideologia, apontando que existe um deslocamento da formulação sociológica para a formulação discursiva, pelo que o sujeito é “levado a dizer o que ‘isto’ quer dizer”. Assim, “a ideologia se caracteriza pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade” (2005, p. 22).

Por outro lado, devemos levar em consideração o sentido que a ideologia possui para os administradores. De acordo com Motta (1992, p. 39), na Administração, a ideologia está relacionada com as organizações, ou melhor, com as relações sociais que se desenvolvem dentro das organizações, prevalecendo a ideologia de quem detém maior poder.

A ideologia é um conjunto de crenças que visa à manutenção de uma determinada ordem social, ocultando os elementos que a ameaçam e lhe são inerentes. Todo ordenamento social, de resto toda ação social, pressupõe uma estrutura de sentido que designa os lugares e os papéis dos diversos atores, conferindo-lhes identidade e submetendo-os a uma determinada forma de dominação. Os atores não são passivos, entretanto, podendo também responder ideologicamente à dominação. Ocorre, porém, que em qualquer sociedade existe uma ideologia dominante, e esta é sempre a ideologia da classe dominante (MOTTA, 1992, p. 39).

Considerando os pressupostos especificados antes, podemos dizer, com relação a esta citação, que o excesso que mantém a orientação ideológica e cimenta o social, em maior ou menor escala (numa organização, num Estado, no País) não é meramente ocultação de sentidos (conteúdos), mas apagamento do processo de sua constituição – o que é feito dando-se acabamento com as figuras utilizadas, tal como aquela dos laços de família: pai/filhos (como manifestação de uma crença efetiva ou apenas recurso retórico).

De acordo com essa concepção, de que a ideologia dominante é proveniente da classe dominante, podemos recorrer ao conceito de Althusser (1998, p. 80), o qual responsabiliza a Escola, em nosso caso a Universidade, pela dissimulação da ideologia da classe dominante. Para este autor, “é pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista”.

Assim, podemos perceber que a ideologia na Administração gira em torno dos objetivos das organizações, para atingir as suas metas. Existe uma forma de dominação por parte de quem comanda ou que possui o poder, fazendo com que, se os indivíduos trabalharem em função da empresa, seguindo a ideologia que esta desenvolve dentro da organização, serão contemplados com determinados benefícios; e desta forma são levados/pressionados a seguir o que a empresa determina como garantia da sua sobrevivência e “realização” pessoal.

2.4 IDENTIDADE

No livro organizado por Silva (2000), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, encontramos vários fatores culturais e a importância que faz a diferença existente entre esses fatores para a formação da identidade. Podemos perceber que formamos nossa identidade a partir de representações, as quais apresentam um significado diferente dependendo do lugar ocupado na sociedade; e assim, somos o que somos a partir daquilo com que nos identificamos. “Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais” (WOODWARD, 2000, p. 19).

Vários fatores são apontados em Woodward (2000) que contribuem para a formação da identidade, não apenas no nível pessoal, mas também no coletivo, como a questão da nacionalidade, religião, etnias, a idade, etc. No que diz respeito ao coletivo, podemos perceber que em determinado país, por exemplo, pessoas lutam para preservar as suas características, seus costumes, identificando-os como pertencentes àquele lugar. Por outro lado, caberá a um migrante a escolha pela mudança da sua identidade para fazer parte daquele grupo, ou a luta para manter a identidade de origem. Um jovem que pretende frequentar um grupo com características particulares, como um grupo hippie, ou funk, por exemplo, deverá adotar os costumes, o modo de vestir, as crenças e até mesmo a linguagem por eles utilizada, para que possa ser considerado como pertencente àquela comunidade.

Apresentamos em seguida a perspectiva de Hall:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995). Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso (HALL, 2000, p. 112).

Ainda com relação aos estudos culturais, Silva (2000, p. 76-78) faz uma ligação entre a *identidade*, a que representa o eu e a *diferença*, que representa o ele, o outro, de forma que ambos são dependentes ou criados pela linguagem, pois é por meio dela que entendemos o sentido das coisas. Assim, o autor cita Derrida para explicar a presença dos signos como uma ilusão de representação. Um determinado signo somente tem valor quando é possível dar a ele um significado, sendo “assimilado” pelo processo de repetição. Por exemplo, para que possamos relacionar o objeto “faca” à palavra que a representa, devemos relacionar este mesmo signo ao mesmo objeto por várias vezes, ou seja, repetir. Esse reconhecimento da representação dos signos, por meio da linguagem, é importante para que se torne possível reconhecer as diferenças e assim distinguir uma identidade da outra.

Para a Análise do Discurso, conforme Fernandes (2008), a identidade dos sujeitos está relacionada com o posicionamento que estes ocupam nos discursos, e desta forma a sua identidade é mutante, está sempre em construção. Assim, torna-se possível confirmar que, dependendo do contexto, ou seja, do lugar ou momento em que o sujeito esteja inserido, este assumirá uma posição, afetando assim a sua identidade. A exterioridade é que determina a identidade e não o próprio sujeito. “É assim que as condições de produção estão presentes nos

processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua eficácia” (ORLANDI, 2010, p. 41).

Identificamo-nos com certas idéias, com certos assuntos, com certas afirmações porque temos a sensação de que elas “batem” com algo que temos em nós. Ora, este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram-se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações discursivas, em face das quais os sentidos fazem sentido. (ORLANDI, 2006b, p. 206).

Retomando a questão de que a identidade é mutante, nos remetemos a Orlandi (2006b, p. 204) quando a autora destaca a importância da unidade, da dispersão, da língua e da história. Ao mesmo tempo que o sujeito está mudando, se transformando, existe a necessidade da unidade de uma língua para que possa se “compor” nesse ciclo de dispersão. Ou seja, a formação discursiva exige que o sujeito se modifique para aquele determinado momento, pois adquire significados diferentes no percurso da história enquanto é visto como mãe, professor, aluno ou enquanto um administrador de empresas. Cada situação exige um comportamento diferente, dependendo das relações de poder existentes entre os sujeitos e as instituições sociais. E ainda, “podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra” (SILVA, 2000, p. 32).

As questões apresentadas a respeito da identidade serviram para nos situarmos no processo de “formação” da identidade, salientando que não possuímos uma identidade única. O nosso dia a dia nos exige que tenhamos determinada postura para cada situação, desde o momento em que estamos em casa organizando o café da manhã, estando na posição de mãe ou esposa e assim dividindo ou orientando as tarefas do dia; a posição de consumidores no comércio ou no mercado; a posição que ocupamos em nosso trabalho, enfim. Somos portadores de várias identidades nas quais temos maior ou menor grau de “autoridade” a partir das relações encontradas na sociedade.

Desta forma, tentaremos buscar, por meio dos trabalhos de conclusão do curso de Administração, responder a algumas perguntas que geram o objetivo deste trabalho: é possível representar-se discursivamente como um administrador no TCC? Pelo processo de autoria, poderemos encontrar marcas nos textos para que possamos dizer que existe ali uma identidade de administrador?

2.5 AUTORIA

O sujeito (noção já apresentada anteriormente), visto como um ser social, afetado pela ideologia, será abordado agora como autor.

Diríamos que o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições. Nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares (ORLANDI, 1996b, p. 77).

Assim, para que o sujeito exerça seu papel de autor, este deve utilizar-se dos conhecimentos que regem a linguagem, bem como as formas do discurso, posicionando-se no contexto histórico-social, com a responsabilidade sobre aquilo que diz, de maneira que possa fazer com que o texto produza um efeito de individualidade, deixando a “sua marca”, fazendo uso da linguagem para representar e fazer parte do seu contexto histórico. Assim, a forma como o sujeito, na posição/função autoral, escolhe suas palavras, a forma como organiza o seu texto para expressar através da linguagem a sua forma de ver o mundo, dentro do contexto em que está inserido no momento da produção, faz parte da formação da sua identidade como autor, pelo processo de autoria (ORLANDI, 1996b, p. 78-81).

Foucault (2006), em *O que é um autor?*, faz ainda uma relação do nome do autor ao nome próprio do sujeito que escreve seu texto, no que se refere ao seu funcionamento, porém com efeitos diferentes (PFEIFFER, 1995, p. 47). A autora explica esta relação observando que, quando tratamos de descrições físicas ou históricas, estas não farão diferença ao nos referirmos ao autor se estivermos tratando de seu nome próprio, ou, a pessoa em si. Porém, se trocarmos uma obra com o nome do autor que não seja o autor desta, aí sim o nome fará diferença. Assim, o sentido do nome do autor “manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto desses discursos no interior de uma sociedade e uma cultura” (FOUCAULT, 2006, p. 46). Desta forma, o nome de um autor não se resume na identificação do sujeito como um ser ou indivíduo: o seu nome manifesta em seus textos a sua identidade, o seu modo de ser.

Pfeiffer (1995, p. 46) aponta ainda Foucault para explicar que o autor não é tratado como um indivíduo único e sim como a forma como ele agrupa textos dispersos na formulação do seu, dando a ilusão de unidade a partir da dispersão. Essa dispersão é

encontrada tanto nos discursos como no próprio sujeito (autor), dependendo da formação discursiva em que esteja inserido. Isto se dá porque

Os sentidos também estão dispersos, prontos (não no sentido de existirem a priori) para serem ditos de acordo com a rede de FDAs que se estabelece em um dado discurso. O sentido sempre pode ser outro – sendo recortado em sua possibilidade de formulação pelo interdiscurso (história). Assim é que o sujeito e discurso estão em contínuo movimento, que fica marcado na materialidade histórica que, no nosso caso, é a língua – mais especificamente a sua forma significante (PFEIFFER, 1995, p. 46).

É um nome que assume uma posição e responsabiliza-se por ela (FOUCAULT, 2006). Essa responsabilidade, para esse mesmo autor, não é aplicada a discursos como receitas, decretos, contratos. São discursos que precisam de alguém que os assine, mas não fazem parte do princípio da autoria.

Em contrapartida, Orlandi (2010, p. 75), deslocando o “princípio de autoria” em Foucault, tornando o texto a unidade que deriva desse princípio, retoma a noção de autor para explicar que:

o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu. É assim que pensamos a autoria como uma função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc.

Então, podemos dizer que a autoria é como o autor apresenta sua visão no texto, a sua forma criativa de interpretar outros textos já existentes para formar o seu, mostrando a sua individualidade. E estando afetado pela exterioridade, tendo que acatar as exigências ou regras da instituição na qual ocorre a sua produção textual, o autor precisa trabalhar nesse jogo entre a exterioridade e a sua interioridade, para poder relacionar o que já existe com a sua maneira individual de interpretar e se posicionar. A isto Orlandi (2010) chama de assunção da autoria, o que “implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social” (ORLANDI, 2010, p. 76).

Esse contato que o autor estabelece com a exterioridade, fazendo com que utilize (consciente ou inconscientemente) outros textos na formação do seu, mostra a heterogeneidade discursiva que o constitui. Em Fernandes (2008), reencontramos a proposta de Authier-Revuz, classificando a heterogeneidade como constitutiva e mostrada. A constitutiva está ligada ao esquecimento número um, proposto por Pêcheux, pelo qual a

ligação com outros discursos é formada inconscientemente: “o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos de seus dizeres” (FERNANDES, 2008, p. 31). A heterogeneidade marcada é a que inscreve de forma explícita ou implícita o discurso do outro. Assim, podemos dizer que essa heterogeneidade é apresentada no discurso como “uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito” (ORLANDI, 2008a, p. 53). Existe um atravessamento no texto, causado pelas várias posições do sujeito, as quais são representadas por enunciados de formações discursivas diferentes causando confronto entre eles (ORLANDI, 2008a).

A diversidade de representações é organizada de forma individual por cada sujeito, o qual é responsável pela unidade e coerência daquilo que diz, realizada pela função autor, do qual se exige, ainda, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância, e entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou seja, uma organização da dispersão (ORLANDI, 2010, p 75-76). “É a relação do sujeito com o texto, deste com o discurso, e a inserção do discurso em uma formação discursiva determinada que produz a impressão da unidade, a transparência, em suma, a completude do seu dizer” (ORLANDI, 2008a, p. 57).

Esse efeito de unidade é o resultado que a formação discursiva recebe quando sujeitos com formações ideológicas afins se reconhecem e conseguem atribuir o “mesmo” sentido às palavras que poderiam ter outra interpretação se estivessem formuladas em outro discurso. A unidade do texto é formada pelo agrupamento dos discursos que possuem o mesmo sentido dentro de uma formação discursiva, dando coerência ao texto.

Conforme Gallo (2001), o autor consegue uma negociação com a exterioridade social, o “outro”, dando uma forma de unidade ao seu texto, sendo responsável pela organização do sentido que seu texto produz.

É importante acrescentar que, para a AD, a exterioridade é pensada como todo o espaço da produção do texto, ou seja, o espaço discursivo, as relações com outros textos e discursos, o que permite o efeito de fechamento do texto, existindo um atravessamento do interdiscurso. Para que o autor produza seu texto, para obter unidade, é indispensável o contato com a exterioridade. Assim o sujeito exerce a função de autor, fazendo o uso do já dito, de outras vozes e outros discursos que a seu modo, organize criativamente e de maneira individual esse conjunto de dizeres para formar o seu próprio texto. E esse novo texto, criado a partir de outros, com um novo sentido, refletirá o processo de autoria. Segundo Gallo (2001), “esses são os elementos que caracterizam a autoria: a singularidade e o fechamento, o primeiro garantido pela diferença, e o segundo pelo repetível”.

Para a autora, ainda com relação à heterogeneidade, Gallo (2001) faz uma caracterização do *efeito-autor*. Isto ocorre quando existe um confronto de duas formações discursivas diferentes e o sujeito posiciona-se entre ambas, dando um novo efeito de sentido. “Assim caracterizei o efeito-autor, como sendo o efeito do confronto de formações discursivas, cuja resultante é uma nova formação dominante” (GALLO, 2001).

Quanto a esse novo posicionamento, ou nova posição de sujeito, podemos nos remeter a Orlandi (2010) quando faz a distinção entre criatividade e produtividade, ou, o *mesmo* e o *diferente*. Para a construção de um sentido em um discurso, o sujeito é afetado pela história e pela ideologia e desta forma nunca está pronto ou acabado. Entre o jogo da paráfrase e o da polissemia as palavras produzem ou adquirem novos sentidos quando inseridas em um dado contexto histórico. Sendo a produtividade dependente da paráfrase, é possível produzir uma variedade de outras frases ou discursos retornando à memória, ou ao que já foi dito. Já a criatividade exige um rompimento das regras produzindo o diferente.

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico (ORLANDI, 2010, p. 38).

Na busca de um sentido para o discurso, entre este jogo da paráfrase e a polissemia está a interpretação. Para a Análise do Discurso, esta é a questão principal da interpretação – a busca pelo sentido; “o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras, do trabalho do sujeito” (ORLANDI, 2007, p. 22). Isto quer dizer que um texto não é fechado de significações, e por isso, pelo contato com a exterioridade, pode apresentar vários sentidos; daí cabe ao autor organizá-los, dando efeito de unidade do texto. Assim é que o sujeito, neste caso o autor, na sua função de autoria tem o seu papel, o da interpretação. Entre a memória e o interdiscurso o autor produzirá o “novo”, pela interpretação do que já foi dito, exercendo assim a autoria, diferentemente do plágio, onde o que acontece é apenas a repetição (ORLANDI, 2007).

Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido. Essa impressão do significar deriva do interdiscurso – o domínio da memória discursiva, aquele que sustenta o dizer na estratificação de formulações já feitas, mas “esquecidas”, e que vão construindo uma história dos sentidos. Toda fala resulta assim de um efeito de sustentação no já dito que, por sua vez, só funciona quando as vozes que se

poderiam identificar em cada formulação particular se apagam e trazem o sentido para o regime do anonimato e da universalidade. Ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história. Esse é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que o sujeito estabeleça sua posição, o lugar de seu dizer possível. Dessa ilusão resulta o movimento da identidade e o movimento dos sentidos: eles não retornam apenas, eles se transformam, eles deslocam seu lugar na rede de filiações históricas, eles se projetam em novos sentidos (ORLANDI, 2007, p. 71-72).

É nesse movimento ou jogo de ilusão em busca de um texto ou discurso diferente que o autor, no processo de autoria, tenta buscar um fechamento ao seu texto, deixando pontos ou sentidos em aberto, dando lugar à interpretação, usando o que já existe, o que já está na história, sendo a base para o novo. Assim, Furlanetto (2008, p. 2) acrescenta que

A partir do *querer-dizer*, focalizo a necessidade de, enunciativamente, *iterar* (repetir, retornar à memória do dizer) e *alterar* (produzir enunciativamente para obter um efeito de atualidade), desenvolvendo simultaneamente uma identidade numa comunidade discursiva – um efeito de autoria. Esse efeito de autoria está ligado ao processo de interpretação: ao escutar ou ler, nos conectamos com a exterioridade, com o mundo vivido (atitude centrífuga); simultaneamente, tentamos delimitar o “círculo do significado” (atividade centrípeta) (SCHOLENBERG, 1991). Produzir pressupõe *dispersar e controlar a dispersão pelo fechamento* (obter efeito de unidade pelo princípio de autoria). A constituição da autoria é caracterizada em função dos vários discursos, de seu modo de acontecimento e circulação.

E como estamos tratando a autoria como um trabalho de interpretação, não podemos deixar o outro lado, o do leitor. Através da leitura, surgirá um efeito-leitor, produzido pelo modo como o sujeito inclinará seu olhar sobre o texto, fazendo uma ligação entre a textualidade e o interdiscurso, direcionando assim a sua interpretação (ORLANDI, 2008b). Desta forma, o texto, a partir da função-autor, passa a ter uma ligação direta com seu(s) leitor(es), proporcionando várias interpretações ocasionadas pelas diferentes possibilidades que o sujeito é capaz de formular, ou seja, os efeitos de sentido que um texto pode produzir, criando assim para o sujeito leitor um efeito-leitor, aquele que produz um sentido a partir do que lê – da sua memória e das condições de produção (ORLANDI, 2008b). Eis aqui a ligação entre texto e leitura, pois, para que o texto seja “produtor” de sentido(s), é necessário que haja leitor(es) com a capacidade de, através da ideologia e do lugar em que se encontra(m), interpretar esse texto, ou produzir um sentido para ele.

A relação do aluno na função-autor com o texto é o fator fundamental para esta pesquisa. A análise será feita com o objetivo de perceber o sentido dos discursos determinado pela posição ideológica destes estudantes, tentando encontrar marcas que nos levem à sua identidade profissional, a de administrador. Veremos que sentidos ou efeitos de sentidos se

apresentarão nesse processo sócio-histórico, levando em consideração as diversas formações discursivas ali existentes.

3 ANÁLISE

3.1 PRELIMINARES: A PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR

É em torno da figura do administrador que faremos o estudo, buscando traços desse profissional no trabalho autoral dos alunos nos textos de TCC. A literatura específica da Administração nos ajudará, então, a visualizar a perspectiva interna da área.

Verificamos em Andrade e Amboni (2009, p. 6-10), que o administrador passou a ser um profissional requisitado e reconhecido nas empresas, pois cada vez mais é exigida qualidade dos serviços e dos produtos por elas oferecidos, além da pressão exercida pelo crescimento tecnológico e dos efeitos da globalização. Pela evolução da industrialização e o crescimento das organizações – governamental, industrial, comercial ou de prestação de serviços –, este profissional sempre existiu, porém, a profissão de Administrador foi criada há apenas pouco mais de quatro décadas, pela Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 24 de fevereiro de 1966. Assim, podemos constatar que, ao ser regulamentada a carreira de administrador, também foram criados órgãos para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão no contexto social, jurídico e econômico nacional (ANDRADE; AMBONI, 2009, p. 10).

A profissão de Administrador tem suas atividades e campos profissionais definidos pelo art. 2º da Lei nº 4.769/1965:

- a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;
- b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da Administração, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos (ANDRADE E AMBONI, 2009, p. 10).

Assim, verificaremos a seguir como é identificado um administrador e como ele pode desempenhar as suas funções.

Segundo teóricos da administração, como Bernardes e Marcondes (2003), o administrador é um profissional que existe desde a Antiguidade, e era designada para planejar e organizar pequenas propriedades. A necessidade de tê-lo no planejamento das organizações foi ficando cada vez mais crucial à medida que essas organizações começaram a crescer. Assim, foram imprescindíveis desde a Idade Antiga, onde trabalhavam para o Império, e tornando-se cada vez mais necessários com o “crescimento das organizações particulares e das públicas ao nascer o capitalismo do Estado, bem como das religiosas e educacionais”. Foi então a organização que fez surgir o administrador (BERNARDES; MARCONDES, 2003, p. 20). Para melhor entender o que são essas organizações, utilizamos o conceito de Maximiano (2004, p. 27): “As organizações são grupos sociais deliberadamente orientados para a realização de objetivos, que, de forma geral, se traduzem no fornecimento de produtos e serviços”.

A palavra ‘administrador’ é um pouco complexa para definir, sendo então associada à palavra ‘ação’, ou seja, o administrador deve executar atividades que atendam às necessidades da organização e que, além de criá-las, também deve cuidar para que sobrevivam. No entanto, o administrador tem o papel de manter condições para que a organização seja eficaz e eficiente. Para Maximiano (2004, p. 32),

Eficácia é a palavra usada para indicar que a organização realiza seus objetivos. Quanto mais alto o grau de realização dos objetivos, mais a organização é eficaz;
Eficiência é a palavra usada para indicar que a organização utiliza produtivamente, ou de maneira econômica seus recursos. Quanto mais alto o grau de produtividade ou economia na utilização dos recursos, mais eficiente a organização é. Em muitos casos, isso significa usar menor quantidade de recursos para produzir mais.

Além dessas duas condições de bom desempenho das organizações, encontramos ainda os conceitos de *efetividade* e *relevância*. Com a efetividade o administrador busca um *feedback* do trabalho realizado pela organização, observando como o produto ou serviço está sendo aceito (ou não) na sociedade, e desta forma toma as decisões para concretizar seus objetivos. A relevância “sugere a noção de pertinência, de ligação, de relação com alguém ou algo” (ANDRADE; AMBONI, 2009, p. 4-5).

Para assegurar que a organização tenha essas características, o administrador é quem terá a função de designar tarefas para as pessoas ou um grupo de pessoas e terá responsabilidade e autoridade sobre estas. As tarefas incluem o planejamento tanto das

questões de propaganda do produto, como da questão financeira e tudo o que envolve a realização e o sucesso do alcance dos objetivos da organização. Com as designações estabelecidas, as pessoas envolvidas no trabalho das organizações receberão, conforme o seu tipo de atividade, uma remuneração em retribuição, o que permitirá também o usufruto dos produtos e serviços oferecidos pela “sua” ou outra organização, gerando assim um ciclo que contribuirá para o crescimento da(s) empresa(s) – o indivíduo trabalha para a organização, recebe o seu salário e com ele adquire os produtos por ela fornecidos/produzidos (MAXIMIANO, 2004).

Bernardes e Marcondes (2003, p. 20) caracterizam essas funções que o administrador deve realizar dentro da organização como **funções sequenciais** (dirigidas para o ente abstrato que chamamos *organização*) e **funções contínuas** (voltadas para as pessoas, internas ou não a essa microssociedade). Com as funções sequenciais, o administrador deverá planejar, implantar, operar e avaliar os trabalhos da organização. Já as funções contínuas exigem que o administrador trabalhe com as pessoas relacionadas a determinada organização com o objetivo de estimular, coordenar e controlar suas atividades para chegar ao resultado desejado.

Como dito anteriormente, administração presume ação. No entanto, a administração “é um processo dinâmico de tomar decisões e realizar ações que compreende cinco processos principais interligados: planejamento, organização, liderança, execução e controle” (MAXIMIANO, 2004, p. 34). Esses processos são também chamados funções administrativas ou gerenciais, as quais estão relacionadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais funções ou processos da Administração

PROCESSO OU FUNÇÃO	SIGNIFICADO
PLANEJAMENTO	Processo de definir objetivos, atividades e recursos.
ORGANIZAÇÃO	Processo de definir e dividir o trabalho e os recursos necessários para realizar os objetivos. Implica a atribuição de responsabilidades e autoridade a pessoas e grupos.
LIDERANÇA	Processo de trabalhar com pessoas para assegurar a realização dos objetivos.
EXECUÇÃO	Processo de realizar atividades e consumir recursos para atingir objetivos.
CONTROLE	Processo de assegurar a realização dos objetivos e de identificar a necessidade de modificá-los.

Fonte: Maximiano (2004, p. 35).

Essas funções são executadas para alcançar os objetivos e atingir as metas no decorrer do trabalho e não executadas de forma linear. Enfim,

O administrador é uma pessoa fundamental para qualquer tipo de organização, seja governamental, industrial, comercial e de prestação de serviços. Nas organizações, o administrador pode ser um presidente ou diretor, um gerente ou supervisor. Em cada um dos níveis organizacionais [...], seu papel é diferente por lidar com decisões mais e menos complexas (ANDRADE e AMBONI, 2009, p. 6).

No entanto, as ações do administrador, executadas por funções, são construídas a partir de um discurso, que é ideologicamente marcado, como vimos em 2.2.4 (O discurso da Administração) e 2.3 (A ideologia na Análise de Discurso e na Administração).

Pretendemos, neste trabalho, buscar uma imagem discursiva do administrador. Essa “figura” de administrador apresentada é identificada no discurso escrito conforme a sua maneira de escrever ou de selecionar as palavras que vão compor o texto? É possível perceber pelo processo de autoria que existe um estudante que pretende ser um profissional da área administrativa? Estas questões serão respondidas neste capítulo.

3.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise aqui proposta tem o texto como seu ponto de partida. Neste caso, seguindo os pressupostos da Análise de Discurso, tomamos o texto como a materialidade do discurso, compreendendo que este é formado e atravessado por várias formações discursivas derivadas das formações ideológicas. Então, a análise englobará os tópicos abordados na fundamentação teórica, de modo a “reger” a relação do analista com o objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação” (ORLANDI, 2010, p. 64). Assim, buscamos compreender que efeitos de sentido os textos produzem, considerando as condições de produção, pelo processo de descrição e interpretação, sempre ligadas à teoria, ou seja, buscamos compreender o funcionamento do(s) discurso(s) que deixam sua imagem em mosaico no texto.

Os textos, para nós, não são documentos que ilustram idéias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras. Nem tampouco nos atemos aos seus aspectos formais cuja repetição é garantida pelas regras da língua – pois nos interessa sua materialidade, que é linguístico-histórica, logo não se remete a regras mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equivoco. O que nos interessa não são as marcas em si mas o seu funcionamento no discurso. É este funcionamento que procuramos descrever e compreender (ORLANDI, 2010, p. 64-65).

Tomaremos então, como “superfície” de análise textos (critério essencial para análise na AD), neste caso, TCCs de alunos de um curso de Administração. Com eles tentaremos compreender se é possível, dentro do processo de autoria, e do Discurso Acadêmico, encontrar marcas da tomada de posição de administrador. Aqui levaremos em consideração as condições de produção dos trabalhos dos alunos, envolvendo o Discurso Científico e o Pedagógico.

Neste caso faremos um estudo do regulamento e do manual, utilizados pela Universidade em questão, para a elaboração dos TCCs, pois sabemos que estes também fazem parte da formação do trabalho escrito na Universidade. Com relação à identidade do administrador, tendo como base a teoria do discurso, será observado o perfil do estudante a partir do projeto do curso e da literatura específica. Para tanto, na “função” de analista, tentaremos compreender os efeitos de sentido que os textos produzirão a partir do seu funcionamento, relacionando-os às formações ideológicas e discursivas que os cercam, trabalhando “não numa posição neutra mas que seja relativizada em face da interpretação” (ORLANDI, 2010, p. 61).

Para fins de “preservação” da identidade dos alunos, dos professores e da Universidade que gentilmente cedeu o material para esta pesquisa, conforme acordado entre as partes e como medida ética, esclarecemos que não serão mencionados nomes. Conforme dito inicialmente, trata-se de uma pesquisa na qual os TCCs serviram como dados para a análise, sem nenhum objetivo de avaliar os alunos ou a instituição.

Para a análise, será feito um recorte desse *corpus* em trechos que compreendam os objetivos propostos, ou seja, que materializem (ou não) a autoria do aluno enquanto posição de sujeito administrador. Pelo fato de esta pesquisadora não ter contato direto com a instituição e/ou alunos, foi necessário o auxílio do professor coordenador da disciplina dos trabalhos de conclusão de curso de Administração para a seleção dos trabalhos a serem analisados, a qual foi feita aleatoriamente.

A análise está dividida em duas etapas. Na primeira etapa podemos considerar que, ao delimitar o corpus, já estamos trabalhando com a análise, a qual não segue critérios empíricos, mas teóricos (ORLANDI, 2010). Nesta etapa, temos como objetivo compreender como o regulamento e o manual dos trabalhos de conclusão de curso determinam o funcionamento do discurso acadêmico, mais especificamente na produção dos TCCs. Ou seja, o regulamento e o manual são as formas materiais do DP a que temos acesso para esta pesquisa e é neles que buscaremos marcas que orientam o aluno na escrita do TCC,

considerando-os como parte das condições de produção. Esses documentos funcionam como regras necessárias para a realização dos TCCs, surgindo então a necessidade de estudá-los.

O regulamento do trabalho de conclusão de curso estudado nesta pesquisa é específico para o Curso de Administração da Universidade em questão. Este dispõe sobre as normas que regem a elaboração, entrega e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de caráter curricular e obrigatório.

O manual será apresentado conforme sua própria descrição. Ele foi desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa e Prática em Administração e pela Biblioteca da referida Universidade, envolvendo professores e colaboradores dessa Instituição. O objetivo para o desenvolvimento do manual é fundamentar a orientação metodológica ao corpo docente e discente, no que se refere aos critérios para elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso. O manual foi elaborado como base normativa e fonte orientadora as recomendações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), através das normas referentes à informação e documentação, bem como às práticas metodológicas adotadas e consolidadas pela Faculdade.

Com relação ao estilo da redação, o trabalho deve ser escrito em linguagem impessoal, na terceira pessoa e ser também inteiramente consistente, isto é, uma convenção ou critério usado em uma página deve ser mantido em todo o texto. A concisão e a clareza do texto ficam inteiramente sob a responsabilidade do orientador, o qual orientará o aluno nas modificações.

O manual dos TCCs apresenta uma descrição das principais etapas de formatação exigidas, seguida de exemplos práticos e ilustrações de configuração do editor de texto Microsoft Word, bem como a descrição da formulação dos elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, errata, folha de aprovação, resumo, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas, siglas e símbolos e sumário). Em seguida, descreve e exemplifica os elementos textuais (introdução, caracterização do local de estudo, a revisão teórica, os procedimentos metodológicos e a descrição e análise dos dados e conclusões de pesquisa). Para finalizar explica o que são e exemplifica como devem ser os elementos pós-textuais (referências, apêndices e anexos).

Na segunda etapa da análise buscaremos entender como o aluno formula seu discurso como resposta ao manual e ao regulamento para obter um efeito de cientificidade, ser reconhecido no Discurso Acadêmico e ser legitimado. Assim, mostraremos pistas que o aluno, enquanto sujeitos do discurso, pode nos dar (ou não) de autoria, no funcionamento do discurso com relação aos atravessamentos do DA, DP e DC. Paralelamente buscaremos

também marcas que representem discursivamente a identidade do administrador. Olharemos ainda, na proposta do curso, o que é oferecido aos alunos, considerando-a também como condição de produção.

Para a construção da análise, seguimos as palavras de Orlandi (2010, p. 61):

A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. Por isso é que dizemos que o analista de discurso, à diferença do hermenêuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentido em suas condições.

Assim, podemos resumir utilizando as palavras de Neckel e Gallo (2011), as quais retomam Pêcheux, para considerar que a AD possui um método que, além “do exercício de leitura, interpretação e análise, é também um exercício de formulação”. Ao tomar um texto como objeto de análise, cada *corpus*, cada recorte, será formulado pelo analista um dispositivo analítico que será conduzido a partir das suas condições de produção dos textos do *corpus*. E ao mesmo tempo outro analista poderá formular um dispositivo diferente a partir do seu modo de olhar e a sua identificação com aquele mesmo *corpus* e recorte, pois cada um irá relacioná-lo às suas condições de produção. Cada analista tem um olhar diferente para um *corpus* em comum.

3.3 PRIMEIRA ETAPA

Nesta fase, após selecionado o *corpus* e os recortes para a análise, apresentamos as condições de produção que atuam na produção do discurso, neste caso específico, dos TCCs de alunos de Administração, observando-se a constituição da identidade do administrador.

A escolha do material foi realizada aleatoriamente junto com o professor coordenador da disciplina dos TCCs, uma vez que o objetivo é trabalhar com os textos já produzidos e a partir deles realizar um trabalho de descrição e análise, seguindo as propostas apresentadas inicialmente. Considerando que os trabalhos seguem a mesma formatação e

funcionamento, faremos um recorte nesse *corpus* para a análise. Nesta pesquisa então, utilizaremos para a constituição do *corpus* seis trabalhos de conclusão de curso de alunos de Administração, de uma instituição de Florianópolis, do 1º semestre de 2011, distribuídos entre três orientadores, cada um responsável pela orientação de dois trabalhos.

Descrevemos abaixo os passos que serviram para nos auxiliar nesse processo de escolha:

Passo 1: Solicitamos à Coordenação do Núcleo de Práticas e Pesquisas em Administração uma relação de Orientadores dos TCCs;

Passo 2: Colocamos em ordem numérica;

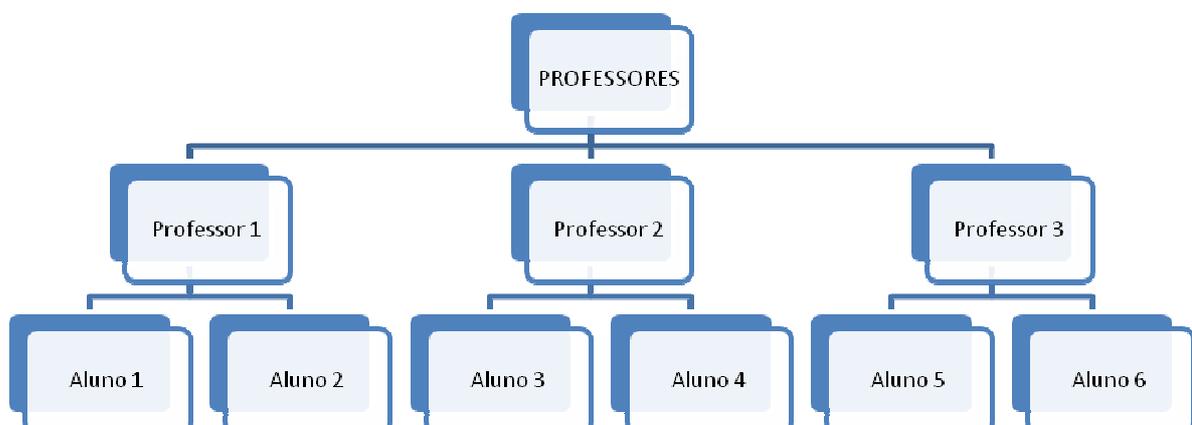
Passo 3: Criamos uma tabela com a utilização do Software Excel, utilizando a função "aleatorioentre", com número mínimo de 1 e máximo de 11 (números estes relacionados ao número de orientadores);

Passo 4: Ao inserir esta função, a própria função gerou o sorteio dos professores a serem escolhidos de forma aleatória, dando isenção ao estudo;

Passo 5: Ao ser escolhido o orientador, o próximo passo foi a escolha dos alunos/TCCs. Desta forma, seguimos com o mesmo procedimento aplicado aos professores, ou seja (1) Cada professor selecionado passou uma relação dos TCCs que orientava, (2) estes foram "sorteados" de forma aleatória, com a utilização do Software Excel, porém numerando os alunos/TCCs conforme a quantidade de alunos que cada professor orientava.

O procedimento executado pode ser representado conforme a Figura 1:

Figura 1 – Ilustração da distribuição dos professores e orientadores



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Após o processo de seleção dos professores e dos trabalhos, foi necessário pesquisar, juntamente com o professor e coordenador da disciplina dos TCCs, algumas características dos professores com os quais trabalharíamos. Verificamos que os professores selecionados trabalham, nessa Universidade, apenas no Curso de Administração, exercendo (anteriormente ou atualmente) outras atividades nesta Instituição de Ensino além de ministrar aulas.

Para identificá-los nesta pesquisa, seguimos a numeração de 1(um) a 3(três).

Com relação ao Professor 1, este é Doutor em Engenharia do Conhecimento, professor dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, trabalha com as disciplinas de Marketing e Responsabilidade Social. Já foi coordenador do curso.

O Professor 2 é Doutor em Engenharia do Conhecimento, professor dos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, trabalha com as disciplinas de Marketing e Gestão de Serviços.

O Professor 3 é Mestre em Administração, professor de curso de graduação, trabalha com as disciplinas de Estratégia, Projetos e Custos. É coordenador da disciplina dos TCCs.

Concluído o processo de coleta dos trabalhos, seguimos a pesquisa, com a leitura dos TCCs. Após a primeira leitura o que nos chamou a atenção foram traços muito parecidos, entre os trabalhos selecionados, encontrados principalmente no sumário. Então, achamos necessário estudar primeiramente o manual e o regulamento do curso de administração para entendermos como eles estão relacionados com os textos dos alunos. Estes recursos estão relacionados às condições de produção dos textos dos alunos e serviram para nos orientar como se relacionam com os textos, no sentido de estabelecer o que pode ou não pode ser dito nesta prática discursiva. Isto é o que nos interessa, o nosso objetivo neste trabalho: refletir sobre o funcionamento discursivo afetado pelas condições de produção.

Aqui, ao retomar o conceito das condições de produção (conforme ORLANDI, 2010), consideramos que o contexto imediato diz respeito às restrições de funcionamento da instituição acadêmica e, especialmente, o que é concretamente (e politicamente) regulamentado nesse espaço, materializado no manual e no regulamento para a elaboração dos TCCs como especificidade de cursos desse nível de ensino. Assim, a forma de regulamentação determina, pelo menos parcialmente, os dizeres que são produzidos aí sob a designação TCC no espaço discursivo que se compreende como “acadêmico”. Com relação ao contexto amplo consideramos, em primeiro nível, a Universidade, como instância reguladora em seu caráter político, a qual possui relações de hierarquia, garantindo ao professor um lugar

de força e poder sobre o aluno, dizendo o que pode ou não ser dito. Cabe acrescentar que o sujeito do discurso, no caso o aluno, já está inserido dentro da formação discursiva da Universidade. Em nível não imediato, há que considerar a conjuntura nacional que determina, como instância superior, a política institucional.

Desta forma, como todo trabalho científico apresenta uma estrutura, a Universidade em questão elaborou um manual de trabalhos de conclusão de curso com base nas recomendações da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Ele contém as instruções para organizar os elementos estruturais e formatar o TCC bem como os elementos que compõem um trabalho acadêmico, determinando os itens que fazem parte da sua composição, sendo considerados como “*elementos obrigatórios exigidos pela Faculdade, com relação à metodologia de elaboração de trabalhos acadêmicos*”. Esta questão parece um tanto contraditória, pois como veremos no decorrer da análise, não apenas a metodologia é tratada como obrigatória, mas algumas determinações não deixam margem para autonomia da escrita dos alunos, percebendo-se já a interferência do DP sobre o DA, prevalecendo a questão de que o professor é o detentor do conhecimento e que o aluno está na escola para aprender.

Inicialmente, o que nos chamou a atenção no manual foi a proposta organizada de tal forma que o aluno segue exatamente a ordem que aparece abaixo, precedendo a seguinte orientação:

*Os elementos textuais compreendem a introdução, a caracterização do local de estudo, a revisão teórica, os procedimentos metodológicos e a descrição e análise dos dados e conclusões de pesquisa. São redigidos em forma de texto e **devem** seguir, além das diretrizes apresentadas neste manual, as normas gramaticais da língua portuguesa.*

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA

1.1.1 Pergunta de pesquisa

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

1.2.2 Objetivos específicos

1.3 JUSTIFICATIVA

1.3.1 Teórica – acadêmica

1.3.2 Prática – profissional

1.4 ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

2.1 PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

2.2 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

3 REVISÃO TEÓRICA (aqui cada aluno desenvolve a fundamentação teórica relacionada com o objeto de estudo)

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

4.2 DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA

4.3 TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

4.4 PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

5.2 HÁBITOS DE COMPRA

5.3 ANÁLISE QUALITATIVA

6 PROPOSIÇÃO DE UM PLANO OU ESTRATÉGIAS OU SUGESTÕES

7 CONCLUSÃO

Os conteúdos do TCC apresentados no manual são “reafirmados” no regulamento, apresentados no Art. 29º pelo quadro 2, com o conteúdo dos trabalhos:

Quadro 1 – Denominação e conteúdo dos relatórios de estágio

Disciplina	Nomenclatura	Conteúdo
TCC I	Perfil Organizacional	I. Capa II. Sumário III. Corpo do trabalho, contendo as seguintes informações: 1. Descrição da organização 2. Concorrência e ambiente competitivo 3. Aspectos relevantes 4. Histórico pela busca de excelência 5. Organograma IV. Referências bibliográficas V. Apêndices e anexos
TCC II	Diagnóstico Organizacional	I. Capa II. Sumário III. Perfil Organizacional Informações coletadas no TCC I. IV. Avaliação Organizacional Questionário utilizado no Prêmio de Competitividade da Micro e Pequena Empresa (MPE), devidamente preenchido. V. Diagnóstico Organizacional Definição conceitual de cada critério de excelência, acompanhado de resumo das respostas obtidas no questionário e análise dos pontos fortes e fracos de cada critério. VI. Proposta de Projeto de Pesquisa Com base no diagnóstico, apresentar um tema de pesquisa, acompanhado de problema, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa. VII. Referências bibliográficas VIII. Apêndices e anexos
TCC III	Projeto de Pesquisa	I. Elementos pré-textuais Deve conter capa, folha de rosto, folha de aprovação (banca), resumo e sumário. II. Introdução Deve conter contextualização do tema e problema de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, justificativa, organização do documento. III. Caracterização do Local de Estudo Deve apresentar o Perfil da Organização, com breve análise do Diagnóstico Organizacional. IV. Revisão Teórica V. Procedimentos Metodológicos VI. Cronograma VII. Referências Bibliográficas VIII. Apêndices e anexos.

TCC IV	Trabalho de Conclusão de Curso	<ul style="list-style-type: none"> I. Elementos pré-textuais Deve conter capa, folha de rosto, folha de aprovação (banca), resumo e sumário. II. Introdução Deve conter contextualização do tema e problema de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, justificativa, organização do documento. III. Caracterização do Local de Estudo Deve apresentar o Perfil da Organização, com breve análise do Diagnóstico Organizacional. IV. Revisão Teórica V. Procedimentos Metodológicos VI. Descrição e Análise dos Dados e Interpretação dos Resultados. VII. Proposição de um Plano, Estratégias ou Sugestões. VIII. Conclusão IX. Referências Bibliográficas X. Apêndices
--------	--------------------------------	--

Com relação à organização da estrutura do trabalho, observamos que, na explicação de cada item, a palavra **deve** “(classificado como um verbo modal de obrigação) mais o verbo no infinitivo, indica uma obrigação ou uma necessidade” (SANTOS, 2008, p. 7). Este recurso é utilizado com bastante frequência no manual, para a orientação da escrita dos TCCs, não deixando margem ao aluno para trocar ou inverter a ordem do sumário. Vejamos alguns exemplos:

*“A introdução é o elemento que oferece uma visão geral do tema a ser pesquisado, e **deve ser** apresentado da seguinte forma:”* (segue a classificação apresentada anteriormente).

*“Ao finalizar o item ‘2. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO’, o acadêmico **deve iniciar**, em nova página, a revisão teórica”.*

*“O próximo item, Procedimentos Metodológicos, **deve-se apresentar** o delineamento científico da pesquisa”.*

*“Após os Procedimentos Metodológicos, o aluno **deve proceder** a Análise dos Dados e Interpretação dos Resultados”.*

Essas orientações são reafirmadas e normatizadas no regulamento do TCC pelo Art. 30, que diz:

*“O detalhamento da estrutura e conteúdo dos TCCs é apresentado no Manual de Elaboração do TCC, disponibilizado no (XXX). É de responsabilidade do acadêmico o conhecimento e cumprimento das normas expressas tanto do Regulamento de TCC como no Manual de Elaboração do TCC, **desenvolvendo o trabalho conforme as especificações**”* (grifo nosso).

Na sequência, ainda com relação ao desenvolvimento do trabalho, observamos as explicações em cada item, das quais destacamos alguns exemplares relacionados abaixo:

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA

*Neste item, o aluno **deve descrever** o que se pretende demonstrar e qual o motivo. **Deve procurar** desenvolver o tema de uma perspectiva macro – como importância do tema, até uma perspectiva micro – como a aplicação do tema na empresa estudada. O desenvolvimento do texto **deve ser** um caminho natural à apresentação do problema de pesquisa.*

***Não é necessário**, neste ponto, exagerar em citações, **porém recomendam-se** algumas **que sustentem as afirmações feitas**, bem como dados de mercado ou assuntos relacionados **que apoiem seus argumentos** e demonstrem a relevância do tema.*

1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa traz as contribuições da pesquisa em dois âmbitos: teórico acadêmico e profissional.

1.3.1 Teórica – acadêmica

*No âmbito teórico acadêmico o aluno **deve desenvolver** texto sobre as contribuições da pesquisa ao assunto estudado. [...] Ainda, o acadêmico **deve explicar** sobre os motivos pessoais de escolha do tema, lembrando que o mesmo **deve ser feito na linguagem impessoal (por exemplo: o estudo contribui à formação do acadêmico em função de...)***

1.3.2 Prática – profissional

*No âmbito profissional, o acadêmico **deve destacar** as contribuições da pesquisa à empresa estudada.*

2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

Escrever um parágrafo indicando o conteúdo abordado neste item.

2.1 PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

Neste item, o aluno deve apresentar as informações mais relevantes levantadas no Perfil Organizacional, desenvolvido para a disciplina Estágio I.

2.2 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Apresentar, de forma sintetizada, o resultado desenvolvido no Diagnóstico Organizacional, para a disciplina Estágio II.

*Importante: o item 2 “Caracterização do Local de Estudo” **não deve ultrapassar 10 páginas.***

3 REVISÃO TEÓRICA

*Escrever um parágrafo indicando o conteúdo abordado neste item. Cabe destacar os motivos para a escolha dos assuntos, relacionando-os com o tema da pesquisa. Os assuntos principais **devem ser** apresentados, partindo da abordagem macro para a abordagem micro.*

3.1 MARKETING (exemplo citado como tema)

*Os temas **podem incluir** subtópicos. É importante mencionar que o texto produzido **deve fazer** uso de citações, sendo vetada a possibilidade de plágio.*

3.2 MARKETING DE RELACIONAMENTO

Não há limite máximo ou mínimo de temas. Cada tópico desenvolvido pressupõe seleção e leitura, bem como interpretação de obras referentes ao tema.

*Importante: o item 3 “Revisão Teórica” **deve apresentar**, no mínimo, cerca de 30 páginas.*

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*Escrever um parágrafo indicando o conteúdo abordado neste item. No TCC, todo o tempo verbal utilizado nos procedimentos metodológicos **deve remeter-se** ao presente ou passado.*

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

*Escrever um parágrafo indicando o conteúdo abordado neste item. Os subtópicos **podem ser** divididos nos dados coletados. Ex: perfil dos entrevistados; hábitos de compra; análise qualitativa, etc.*

6 PROPOSIÇÃO DE UM PLANO OU ESTRATÉGIA OU SUGESTÕES

*Escrever um parágrafo indicando o conteúdo abordado neste item. **Pode-se fazer** uso de subtópicos, se necessário. [...]*

*Cabe destacar que o aluno **deve cuidar** para que as proposições ou sugestões feitas sejam resultado dos dados da pesquisa (apresentados no TCC) e/ou fundamentação teórica, igualmente indicada na seção “Revisão Teórica”.*

7 CONCLUSÃO

*Para escrever a conclusão, o aluno **pode iniciar** comentando sobre a relevância do tema, especialmente para a empresa onde realizou o estudo, apresentando em seguida o objetivo da pesquisa.*

*No desenvolvimento do trabalho, o acadêmico **deve procurar** embasar seus argumentos em citações, sejam diretas ou indiretas.*

Como podemos observar nos exemplos retirados do manual, ele segue as características do DP, onde existe um comando pela forma autoritária, dizendo como o aluno deve fazer. Essa característica de obrigação é identificada até o item 4, com a predominância da utilização do modal **dever**, no sentido de fazer com que o aluno cumpra o que foi estabelecido como uma regra. A partir do item 5, há uma substituição do modal **dever** para o modal **poder**, causando o efeito de que o aluno possui maior liberdade de escolha, indicando uma possibilidade de escrita, o que não impede uma interpretação de obrigação, visto que o manual é um instrumento de orientação para a elaboração dos trabalhos e foi designado para ser seguido. No entanto, o “pode” refere-se a algo secundário, menos importante, quando não faz diferença ter ou não ter, ou quando vem uma determinação a seguir.

Com relação ao regulamento do trabalho de conclusão de curso, podemos reafirmar a questão do atravessamento do DP e DC sobre o DA, o qual define o TCC, neste artigo:

Art. 2º - Entende-se por TCC o trabalho de cunho teórico-empírico desenvolvido individualmente pelo acadêmico do Curso de Administração, sob acompanhamento de Professor Orientador.

Outra questão observada no manual e no regulamento, com relação ao desenvolvimento dos TCCs, vem ao encontro de outro objetivo desta pesquisa, relacionada com a identidade do administrador. Assim, destacamos algumas questões abaixo, que serão retomadas posteriormente:

Na sua elaboração nos moldes de uma monografia são aperfeiçoadas algumas habilidades fundamentais para o futuro exercício profissional, entre as quais se destacam a capacidade de raciocínio e argumentação, a utilização da linguagem técnica e científica, bem como a capacidade técnica na escolha de áreas de interesse do acadêmico e que, simultaneamente, representam oportunidades de melhoria na empresa.

Art 3º - O TCC deve obrigatoriamente refletir o estudo em organização pública, privada ou do terceiro setor, com a apresentação de propostas para uma situação problema previamente diagnosticada.

Art. 10º - Valorizar o TCC como oportunidade de adquirir uma qualificação que o distinga como profissional.

A partir destes enunciados o aluno, ao mesmo tempo que deve apresentar-se como pesquisador e reconhecer o seu discurso como acadêmico, dentro dessa formação discursiva, deverá assumir uma posição ou identidade de administrador. Ou seja, o professor (e as demais instâncias) espera deste acadêmico uma posição de administrador, apresentando uma postura e as funções deste profissional e apresentando resultados que o mostrem apto para a profissão. Ao mesmo tempo, o trabalho de final de curso deverá seguir as regras da academia para ser legitimado como tal.

Assim, conforme apresentamos sobre o Discurso Acadêmico (no capítulo “Fundamentação Teórica”), os recortes retirados tanto do manual como do regulamento nos mostram que o aluno deve utilizar-se do que é solicitado através do Discurso Pedagógico e fundamentado pelo Discurso Científico para que suas ideias sejam validadas no meio acadêmico.

Com o estudo do manual e do regulamento do TCC, concluímos que estes são elementos que deveriam servir como diretrizes necessárias para a orientação do aluno, porém, como são introduzidos pelo DP, que é tendencialmente autoritário, devendo ser “seguido” para a execução dos trabalhos acadêmicos, fazem com que os alunos não tenham autonomia em seu próprio discurso.

Assim, ao fazerem parte do DA e para serem reconhecidos neste, os alunos têm a necessidade de seguir tais regras para serem aprovados e legitimados no espaço acadêmico a que pertencem. Essa é a imagem que eles devem espelhar. Neste caso, o aluno trabalha em condições de subjetividade entre o DP e o DC. A relação de poder parece bastante visível ao aluno ao fazer a leitura do manual, sendo identificada repetidamente a palavra **deve**, caracterizada como um modalizador de obrigação, produzindo o efeito de sentido de imposição ao aluno, não dando a oportunidade de criar o seu próprio roteiro de trabalho. Esse “deve” funciona como prenúncio e correção do que poderia suceder se não houvesse um dispositivo regulador antecipado. É também marca do reconhecimento da dispersão de sentidos nas posições subjetivas (tornando-se talvez secundário o que haja nelas de criatividade).

Percebe-se, então, conforme pressuposto da AD, que o indivíduo é interpelado nesse discurso (DA) e se submete às condições de produção relativas à posição em que se encontra nessa situação sócio-histórica.

3.4 SEGUNDA ETAPA

Nesta fase buscamos compreender o funcionamento do discurso, bem como a (não)autoria e o (não)posicionamento de administrador tomado pelos alunos, a partir das condições de produção apresentadas.

Podemos dizer já de início que os TCCs fazem parte do Discurso Acadêmico pela apresentação dos elementos pré-textuais, incluindo capa, folha de rosto, dedicatória, agradecimentos, sumário, listas de quadros, tabelas, enfim, o que exige o regulamento e o manual da Universidade. Porém, o que mais nos chamou a atenção foi a proximidade dos sumários nos seis trabalhos em questão, os quais, mesmo sendo de orientadores diferentes, apresentam semelhança na organização do trabalho, confirmando assim a submissão ao

manual e ao regulamento. O que os diferencia é a revisão teórica e a descrição e análise dos dados e interpretação dos resultados, pela escolha da linha de pesquisa. O objetivo de apresentar o sumário diz respeito a poder relacioná-lo com o que é exigido no manual e no regulamento do curso, conforme apresentação abaixo, e assim observar como os alunos articulam seu discurso nas condições de produção presentes.

Utilizaremos três sumários dos seis exemplares, numerando-os como 1, 2 e 3, sendo os três de orientadores diferentes. Os professores orientadores seguem a mesma numeração conforme apresentado no processo de seleção dos professores e alunos/TCCs, sendo Professor 1, Professor 2 e Professor 3.

Sumário 1

Orientando do Professor 1

1. INTRODUÇÃO
- 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA
- 1.1.1. Pergunta da Pesquisa
- 1.2. OBJETIVOS
- 1.2.1. Objetivo Geral
- 1.2.2. Objetivos Específicos
- 1.3. JUSTIFICATIVA
- 1.4. ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO
2. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO
- 2.1. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E NATUREZA DA ATIVIDADE
- 2.1.1. Produtos e Processos
- 2.1.2. Sócios, Mantenedores ou Instituidores
- 2.1.3. Força de Trabalho
- 2.1.4. Clientes e Mercados
- 2.1.5. Fornecedores e Insumos
- 2.1.6. Sustentabilidade
- 2.1.7. Parceiros
- 2.1.8. Outras Partes Interessadas
- 2.1.9. Ambiente Competitivo
- 2.1.10. Desafios Estratégicos
- 2.1.11. Histórico pela Busca da Excelência
- 2.1.12. Organograma
- 2.2. DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
- 3.1. CONCEITOS PRELIMINARES
- 3.1.1. Estratégia
- 3.1.2. Plano Estratégico
- 3.1.3. Risco
- 3.2. ANÁLISE SWOT
- 3.2.1. Ambiente Interno
- 3.2.2. Ambiente Externo

- 3.2.3. Análise Swot
- 3.3 ESTRATÉGIAS
 - 3.3.1. Missão
 - 3.3.2. Visão
 - 3.3.3. Valores
 - 3.3.4. Objetivos
 - 3.3.5. Metas
 - 3.3.6. Ações
- 3.4. CONTROLE E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
- 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
 - 4.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA
 - 4.2. DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA
 - 4.3. TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
 - 4.4. PLANO DE TRATAMENTO DE DADOS
- 5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS
 - 5.1 ANÁLISE SWOT
 - 5.1.1 Ambiente Interno
 - 5.1.1.2. Recursos
 - 5.1.1.2.1. *Recursos Tangíveis*
 - 5.1.1.2.2. *Recursos Intangíveis*
 - 5.1.1.3 Capacidades
 - 5.1.1.4. Competências essenciais
 - 5.1.1.5. Pontos fortes
 - 5.1.1.6. Pontos Fracos
 - 5.1.2. Ambiente Externo
 - 5.1.2.1. Ambiente Geral
 - 5.1.2.1.1. *Segmento Demográfico*
 - 5.1.2.1.2. *Segmento Sociocultural*
 - 5.1.2.1.3. *Segmento Econômico*
 - 5.1.2.1.4. *Segmento Político Legal*
 - 5.1.2.1.5. *Segmento Global*
 - 5.1.2.2. Ambiente Setor
 - 5.1.2.2.1. *Forças do Porter*
 - 5.1.2.3. Ambiente Concorrência
 - 5.1.3. Análise SWOT
 - 5.2. PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
 - 5.2.1. Missão
 - 5.2.2. Visão
 - 5.2.3. Valores
 - 5.2.4. Objetivos
 - 5.2.5. Objetivos e Metas
- 6. PROPOSIÇÃO DE UM PLANO OU ESTRATÉGIAS OU SUGESTÕES
- 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS
- REFÊRENCIAS

Sumário 2

Orientando do Professor 2

- 1 INTRODUÇÃO
- 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA
- 1.1.1 Pergunta da Pesquisa
- 1.2 OBJETIVOS
- 1.2.1 Objetivo Geral
- 1.2.2 Objetivos Específicos
- 1.3 JUSTIFICATIVA
- 1.3.1 Teórica – acadêmica
- 1.3.2 Prática – profissional
- 1.4 ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO
- 2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO
- 2.1 PERFIL DA ORGANIZAÇÃO
- 2.1.1 Instituição, propósito e porte da organização
- 2.1.2 Produtos e processos
- 2.1.3 Sócios
- 2.1.4 Força de trabalho
- 2.1.5 Clientes e mercado
- 2.1.5.1 Segmentos
- 2.1.5.2 Clientes
- 2.1.5.3 Mercado
- 2.1.6 Fornecedores e insumos
- 2.1.7 Sociedade
- 2.1.8 Parceiros
- 2.1.9 Ambiente competitivo
- 2.1.9.1 Concorrência
- 2.1.9.2 Desafios estratégicos
- 2.1.9.3 Diferencial estratégico
- 2.1.10 Aspectos relevantes
- 2.1.10.1 Aspectos sócio-culturais
- 2.1.10.2 Regulamentação
- 2.1.11 Histórico pela busca da excelência
- 2.1.12 Organograma
- 2.2 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL
- 2.2.1 Critério Cliente
- 2.2.2 Critério Sociedade
- 2.2.3 Critério Liderança
- 2.2.4 Critério Estratégias e Planos
- 2.2.5 Critério Pessoas
- 2.2.6 Critério Processos
- 2.7 Critério Informações e Conhecimentos na Empresa
- 2.2.8 Critério Resultados
- 2.3 Análise dos resultados
- 3. REVISÃO TEÓRICA
- 3.1 ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA
- 3.1.1 Estratégia
- 3.1.2 Planejamento estratégico

- 3.1.2.1 Definição do negócio, missão e visão
- 3.1.2.2 Análise de ambiente interno
- 3.1.2.3 Análise de ambiente externo
 - 3.1.2.3.1 *Análise SWOT – Cruzamento da análise interna e externa*
- 3.1.2.4 Formulação de estratégias
- 3.1.2.5 Implementação de estratégias/projetos
- 3.1.2.6 Controle estratégico
- 3.1.3 Posicionamento estratégico
- 3.2 SEGMENTAÇÃO DE MERCADO
- 3.3.1 Níveis de segmentação
- 3.3.2 Segmentação dos mercados consumidores
- 3.3.3 Bases de segmentação do mercado organizacional
- 3.3.4 Seleção de mercados-alvo
- 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
- 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA
- 4.2 DEFINIÇÃO DE UNIVERSO E AMOSTRA
- 4.3 TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
- 4.4 PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS
- 5 RESULTADO DO TRATAMENTO DE DADOS
- 5.1 Mercado atual
- 5.2 Percepção dos gestores
- 5.3 Mercado Potencial
- 5.4 Mercado alvo de empresas concorrentes
- 5.5 Discussão dos resultados
- 6 PROPOSTA
- 7 CONCLUSÃO
- REFERÊNCIAS
- ANEXOS (I a VII)
- APÊNDICE (I a III)

Sumário 3

Orientando do Professor 3

- 1 INTRODUÇÃO
- 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA
 - 1.1.1 Pergunta da Pesquisa
- 1.2 OBJETIVOS
 - 1.2.1 Objetivo Geral
 - 1.2.2 Objetivos Específicos
- 1.3 JUSTIFICATIVA
 - 1.3.1 Teórica Acadêmica
 - 1.3.2 Teórica Profissional
- 1.4 ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO
- 2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO
- 2.1 DESCRIÇÕES DA ORGANIZAÇÃO E PERFIL DA ATIVIDADE
 - 2.1.1 Porte
 - 2.1.2 Produtos e Serviços
 - 2.1.3 Clientes e Mercados

2.1.4	Perfil da Força de Trabalho
2.1.5	Principais Equipamentos, Instalações e Tecnologia
2.1.6	Valores da Organização
2.1.7	Organograma
2.2	DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL
2.2.1	Liderança
2.2.2	Estratégia e Planos
2.2.3	Clientes
2.2.4	Sociedade
2.2.5	Informações e conhecimento
2.2.6	Pessoas
2.2.7	Processos
3	REVISÃO TEÓRICA
3.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL
3.1.1	Histórico da Responsabilidade Social
3.1.2	Conceito
3.1.3	Ação Social X Responsabilidade Social
3.1.4	Tendências em responsabilidade social
3.2	SUSTENTABILIDADE
3.2.1	Contexto Histórico
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA
4.1.1	Classificação Quanto à Abordagem
4.1.2	Classificação Quanto aos Objetivos
4.1.3	Classificação quanto ao Procedimento de Coleta de Dados
4.2	DEFINIÇÃO DO UNIVERSO E AMOSTRA
4.3	TÉCNICA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
4.4	PLANO DE TRATAMENTO DOS DADOS
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS
5.1	RESULTADOS DA ENTREVISTA
5.2	RESULTADOS DA PESQUISA
5.2.1	Perfil
6	PROPOSIÇÃO DE UM PLANO OU ESTRATÉGIAS OU SOLUÇÕES
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS
	REFERÊNCIAS
	APÊNDICES (A a D)

Podemos perceber, com esses exemplos, que o discurso predominante é o Acadêmico, porém com um cruzamento do Discurso Pedagógico e do Científico. Esse cruzamento dos discursos é observado pelo funcionamento do DA a partir das normas exigidas no manual e no regulamento do curso, determinados pelo DP e pelo DC. Assim, dizemos que o Discurso Pedagógico é o que controla o saber e diz ao aluno o que ele deve fazer, não se discute o referente. Neotti (2007, p. 28) destaca que o DP produz um “efeito de sentido de evidência, de naturalidade, como se o sentido do discurso pedagógico fosse óbvio, como se sempre tivesse sido assim”. Com relação ao Discurso Científico, é o que garante a

legitimidade por meio do conhecimento científico. “O DC funda os seus sentidos sobre seu objeto que é a ciência. É um discurso que, nos termos de Foucault (1969) instaura a discursividade, ou seja, produz enunciados que vão ecoar na história produzindo coisas-a-saber na sociedade” (NEOTTI, 2007, p. 32).

O aluno, por meio do Discurso Acadêmico, segue as diretrizes estabelecidas pela instituição de ensino; ao mesmo tempo, pretende produzir uma pesquisa e ser reconhecido dentro do espaço acadêmico. Esse fato se dá pela forma como os trabalhos estão organizados e/ou apresentados, seguindo os critérios determinados para um trabalho científico desenvolvido no espaço acadêmico. Verificamos nestes casos que os alunos possuem pouca ou quase nenhuma autonomia na estruturação do seu trabalho, pois os itens a serem desenvolvidos estão relacionados no manual e no regulamento para a elaboração do trabalho de conclusão de curso e devem seguir as diretrizes apresentadas. Podemos adiantar já nesta fase que existe também um atravessamento do DC e do DP com relação à autoria, pois o aluno possui pouco ou quase nenhum espaço para organizar o sumário da sua pesquisa, tendo que seguir o modelo apresentado na universidade. O que diferencia um pouco são os tópicos desenvolvidos na fundamentação teórica e na descrição e análise dos dados e interpretação dos resultados, pois esta segue a proposta individual do que cada aluno pretende estudar, seguindo a sua linha de pesquisa. Há, entretanto, uma submissão do aluno ao seguir o modelo proposto pela universidade, em que seu trabalho não é reconhecido pelo orientador – e, por extensão, pelas instâncias de validação.

Percebemos aqui fortes marcas da forma autoritária do discurso que fazem parte tanto do Discurso Pedagógico quanto do Científico. Devendo o aluno produzir um trabalho que apresente um conteúdo teórico a respeito do tema escolhido, ele estará necessariamente submetido às regras da instituição para ser reconhecido e aprovado no curso. Assim, ele enfrenta uma batalha entre o DA e o DP (ainda que possa não se dar conta disso). Quanto ao primeiro, o Discurso Acadêmico, com o compromisso de apresentar-se como pesquisador, é interpelado pelo professor, por meio do DP. Quanto ao segundo, o Discurso Pedagógico, de certo modo “conduz” a escrita do aluno e muitas vezes censura a sua liberdade de “expressão”.

Outra questão observada foi a proposta do curso da Universidade que autorizou a pesquisa utilizando os trabalhos de seus alunos. Nela existe uma descrição da preocupação com a formação dos alunos voltada para a capacidade de liderança, crítica e êxito que os alunos deverão desenvolver nos negócios a partir da conclusão dos seus estudos. Assim, estabelece competências e habilidades para um futuro administrador:

1. Domínio de conceitos que o possa ajudar na análise de problemas gerenciais das diversas áreas funcionais, levando-o à tomada de decisão e à implementação eficaz de seus projetos;
2. Capacidade de atuar sob pressão e de estabelecer prioridades no trato de problemas das mais diversas naturezas;
3. Conhecimento da complexidade das inter-relações existentes entre as diversas áreas funcionais da organização, bem como a integração dos diferentes objetivos dessas áreas em uma política gerencial adequada ao interesse da organização como um todo;
4. Sólida compreensão dos problemas concernentes à direção, coordenação e condução da organização como uma unidade integral;
5. Ampliação do marco de referência em relação ao ambiente no qual a organização desenvolve suas atividades – campos econômico, político, social, ecológico e concorrencial;
6. Sólido fundamento prático e teórico nas ênfases em Administração Mercadológica, Administração na Gestão de Negócios ou Administração Pública.

A partir destas observações, destacamos abaixo alguns recortes para comprovação. Com exceção do primeiro exemplo, que, para nossa surpresa, foi encontrado em apenas um trabalho, trata-se de um aluno que, em alguns momentos, mostrou-se presente, ora mostrando-se, ora escondendo-se em seu discurso:

Aluno 1: *“Diante disso, neste trabalho **descrevo** e **avalio** a empresa com o intuito de analisar a viabilidade da implementação de um plano estratégico para a revendedora XXX”.*

Adiante complementa:

*“Na empresa estudada, **observou-se** que todos os agrupamentos dos clientes são feitos”.*

No primeiro momento, o aluno se manifesta em primeira pessoa, fazendo uso da função-autor, assumindo uma posição no discurso, “quebrando as regras” da impessoalidade, um dos critérios do DA. No segundo momento, o mesmo aluno utiliza a voz passiva, caracterizando o lugar da formação discursiva a que pertence, a Universidade (ou uma face dela).

Aluno 2: *“No marketing **foi observada** a falta de um plano de marketing que agregue todas as ações, onde conste de forma clara os objetivos pretendidos e os resultados esperados com as ações desenvolvidas e executadas por aquele departamento.”.*

Percebe-se neste enunciado que o sujeito-aluno não apresenta uma posição de administrador. Ele faz a análise de um problema na condição de aluno e ao mesmo tempo

sugere uma proposta de trabalho. A marca da voz passiva materializa o sujeito como aluno pelo lugar que ele ocupa, o qual dificulta que ele assuma uma posição-sujeito-administrador.

Aluno 3: *“Para a pesquisadora, o conhecimento advindo do estudo de posicionamento de mercado e seleção de mercado-alvo, refletirá diretamente nas **suas práticas profissionais** já que **esta é diretora comercial**”.*

Neste recorte ocorreu um cruzamento da posição sujeito-aluno com a posição sujeito-administrador. Porém, o discurso utilizado faz parte do acadêmico, apresentando a impessoalidade. Não há materialização da posição-administrador – e se houvesse, ela estaria mesclada com as outras que se cruzam no dizer.

Aluno 4: *“Na preparação desta pesquisa, a **aluna** elaborou uma série de questionamentos para os atuais donos sobre temas de interesse a serem estudados”.*

Aqui novamente a terceira pessoa foi encontrada, marcando explicitamente a posição sujeito-aluno. Existe uma proposta de trabalho fora da instituição de ensino, mas o discurso retorna para este para ser validado. Desta forma, há um deslocamento do sujeito do seu espaço discursivo que impossibilita que ele assuma a posição em primeira pessoa, com a responsabilidade que isso representa. No entanto, pode-se dizer que a opção por “a aluna” é uma forma engenhosa de retirar-se e estar presente simultaneamente, negociando com as posições (tal como em “a pesquisadora”, acima – Aluno 3).

Aluno 5: *“É importante ressaltar que neste trabalho **procurou-se** abordar também os 8 Objetivos do Milênio, com o propósito de focar as propostas para esta temática. Entretanto, após entrevista com a Diretoria, **percebeu-se** que não havia a intenção de uma prática imediata para esse tema.”.*

A voz passiva mais uma vez foi encontrada, sendo uma das características mais comuns em trabalhos acadêmicos, os quais determinam a impessoalidade como critério para a construção do texto.

Aluno 6: *“Foi observado que a organização estudada realiza, periodicamente, uma avaliação de desempenho entre seus colaboradores, onde são abordados temas como liderança, capacidade de negociação, excelência nos processos, visão sistêmica, entre outros”.*

A voz passiva encontrada neste recorte mostra que o sujeito que estuda se esvai. O sujeito “esconde” a sua posição enquanto aluno e ao mesmo tempo deve “esconder-se” como sujeito-administrador, causando um distanciamento das duas posições, respeitando a configuração presente da formação discursiva em que está inserido.

Outra marca encontrada nos TCCs é o deslocamento da posição-sujeito aluno para a posição-sujeito professor, mesclando com o científico. Neste caso reforçamos a questão de que o DP exerce influência no DA, assumindo também a posição de cientista. O aluno assume a posição do professor para dizer o que a empresa ou os profissionais da área devem fazer, assumindo uma posição de detentor do saber, uma característica do DP (autoritário). Ou seja, ao fazer afirmações e trazer conceitos, apontados nos exemplos abaixo, o aluno utiliza o interdiscurso, o que já existe, para a formação do seu discurso, causando um efeito de fonte do conhecimento (matriz de sentidos).

Aluno 1: *“Toda a empresa ao se inserir no mercado precisa estar ciente de que se trata de um investimento que, como tal, possui muitos riscos desde o primeiro momento. Para que os possíveis riscos possam ser minimizados é preciso conhecer e analisar previamente o mercado no qual se pretende atuar, as possibilidades de ganhos e suas possíveis perdas”.*

Aluno 2: *“Agora está definido o que é estratégia de forma ampla e planejamento. Então o próximo passo é aproximar o estudo ao tema pretendido definindo planejamento estratégico. Que, da mesma forma que estratégia, é conceituado desde a forma mais simples a mais complexa”.*

Aluno 3: *“Mais do que uma linha de pensamento, a administração estratégica é a síntese de uma visão holística onde se procura integrar as diversas áreas funcionais da empresa de modo que se possa alcançar uma administração consistente”.*

Aluno 4: *“O marketing muitas vezes é popularmente considerado como todos os meios de divulgação da imagem de um determinado item de valor. No entanto, o marketing é formado por ações mercadológicas planejadas que influenciam fortemente o desejo de compra dos consumidores. Desejo este, que é ilimitado, ao contrário do poder de compra das*

peessoas, que recebe influência de variáveis como: profissão, idade, estágio de vida, dentre outros; conforme fundamentação a ser apresentada”.

Aluno 5: *“Todavia, é necessário diferenciar responsabilidade social de uma mera ação de marketing. Na responsabilidade social a empresa tem a preocupação de atrelar o social com suas estratégias empresariais, mantendo uma política de longo prazo. Na ação social pontual, as empresas almejam somente uma valorização de sua imagem”.*

Aluno 6: *“O tema responsabilidade social tornou-se, nos últimos anos, objeto de estudos e referências para as empresas de todo o mundo. O tema vem chamando cada vez mais a atenção das organizações e também dos consumidores, que começam a valorizar as empresas que colocam em prática atitudes socialmente responsáveis e contribuem, de certa forma, para o desenvolvimento de um mundo melhor”.*

Nesses recortes, considerando os destaques, temos uma posição que o sujeito assume, uma posição tanto do professor: *“Toda a empresa ...precisa estar ciente...; Para que os possíveis riscos possam ser minimizados é preciso conhecer e analisar;Então o próximo passo é...; é necessário diferenciar...”*; quanto do cientista: *“está definido o que é estratégia; é conceituado; a administração estratégica é; o marketing é formado; na responsabilidade social a empresa tem a preocupação de atrelar o social com suas estratégias empresariais;na ação social pontual, as empresas almejam somente uma valorização de sua imagem; tema responsabilidade social tornou-se, nos últimos ano.*

Assim, ao assumir a posição-sujeito-professor, encontramos a relação com o “Outro”, o interdiscurso. Na formulação do seu discurso, o aluno “costura” o que já foi dito na formulação do seu discurso, causando um efeito de que algo novo está sendo construído. O esquecimento número 1, conceituado por Pêcheux, faz seu efeito, causando a ilusão de origem do discurso. Essa relação com a exterioridade, com o interdiscurso, também é apontada por Authier-Revuz como heterogeneidade constitutiva.

É importante destacar também um exemplo de heterogeneidade marcada mostrada: *“O marketing muitas vezes é popularmente considerado”*, onde o sujeito se apropria desse dizer, esquecendo que já foi dito, mas fazendo um realce metadiscursivo em viés (“popularmente considerado X”) – que é uma alternativa para “o marketing é considerado X, como se diz popularmente”.

Com relação às heterogeneidades enunciativas, pudemos encontrar características comuns de trabalhos científicos desenvolvidos em universidades, os quais buscam suporte no interdiscurso para formular e validar o seu discurso na academia e assim serem reconhecidos e aprovados como profissionais.

Destacamos algumas citações encontradas nos TCCs, servindo como exemplares, pois, principalmente no capítulo da revisão teórica, este recurso é frequentemente utilizado no DA. Com este recurso o aluno apoia-se em algo que já foi dito, por alguém já autorizado, para garantir e legitimar a sua fala, demonstrando o que “aprendeu”.

CITAÇÕES INDIRETAS: (Planejamento de vendas);

“Para Churchill e Peter (2005) o marketing é considerado um processo de troca em que as organizações e os clientes participam voluntariamente de transações para o bem de ambos”.

CITAÇÕES DIRETAS:

“Las Casas (1997, p. 30) cita que:

Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes as relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem estar da sociedade”.

Constatamos então que, nos enunciados (acima) que constituem os TCCs, o aluno, na posição de sujeito-autor, estabelece uma relação com o “outro”, o que comprova a teoria de Authier-Revuz. O sujeito e o discurso são afetados pela exterioridade, e ao utilizar citações diretas ou indiretas, o sujeito produz textos mais ou menos heterogêneos. O diálogo existente entre os autores dá a legitimidade necessária ao trabalho acadêmico. O aluno utiliza o pré-construído, já concebido como verdade, para que o seu discurso tenha maior aceitação e legitimidade.

O mecanismo de citação – relação de sentidos posta na/pela intertextualidade – também faz parte da constituição e funcionamento da função-autor, ou seja, da maneira pela qual um sujeito de linguagem ocupa imaginariamente a posição de origem do sentido constituindo por aí mesmo uma unidade significativa que é um texto. (ORLANDI, 2003, p. 14).

Complementamos com Furlanetto (2008, p. 13) mostrando a importância das citações para o desenvolvimento da função-autor na escola, uma vez que estas permitem um diálogo entre os autores, ou seja, “nela se inserem vozes, perspectivas ligadas à função-autor.

Distanciar certas sequências enunciativas de seu contexto para inseri-las em outro põe em função a autoria”. E com esta atitude, a autora diz que “até mesmo nesta operação aparentemente simples pode-se apontar um trabalho de decisão e escolha”.

A partir dessas considerações e do que apresentamos anteriormente na teoria, podemos dizer que os trabalhos dos alunos de administração possuem um grau de autoria, porém com menor “intensidade”. Isto se deve às condições ideológicas postas pela Universidade, pelas regras a que estão condicionados. Os alunos, na função-autor, cada um ao seu estilo relaciona o que já existe com a sua maneira de se posicionar, inserindo-se assim como produtores do DC. A autoria nos trabalhos analisados está relacionada ao efeito de unidade que seus textos produzem, apresentando coerência, conhecimento das regras textuais e clareza no que dizem, dando sentido e efeito de fechamento ao texto. Porém, essa autoria não tem relação imediata com a identidade de administrador.

Exemplificamos abaixo a afirmação feita anteriormente, no que se refere à aplicação dos conhecimentos dos alunos (efeito de unidade, coerência, conhecimento das regras textuais, clareza no que dizem e efeito de fechamento do texto), materializados nos TCCs. Como os trabalhos seguem a mesma linha e os critérios estabelecidos no manual, (apresentados neste capítulo), fizemos um recorte no trabalho do aluno denominado inicialmente **Aluno 3**:

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA

Administrar uma organização poderia ser mais fácil se não dependesse de um contexto onde ela está inserida. Além de decidir o próprio negócio, o administrador deve observar os acontecimentos a sua volta, e adaptar suas atividades à realidade do mercado. Para vencer a concorrência e manter-se no mercado criar estratégias é imprescindível.

Segundo Kroll, Parnell e Wright (2000, p.24), “estratégia refere-se aos planos da alta administração para alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da organização”, mas não basta criar estratégias, é necessário estudar seu ambiente interno e externo para adquirir informações que permitam a criação de um planejamento estratégico.

Para Fernandes e Berton (2006, p. 11), “o planejamento estratégico busca sintetizar o pensamento estratégico, formalizando processos e procedimentos para que a empresa saiba exatamente os caminhos a seguir”.

Baseando-se no estudo do planejamento estratégico, para uma empresa que depende de comercialização de produtos e/ou serviço, é necessário um mercado-alvo definido para que não haja desperdício de forças em clientes sem potencial.

Para chegar na definição de quais devem ser os mercados-alvos de uma empresa, Kotler e Keller (2006, p. 236) explicam o porquê é necessário segmentar mercados pois “uma empresa não pode atender a todos os clientes em mercados amplos ou diversificados. Os consumidores diferem entre si em muitos aspectos e, em geral, podem ser agrupados segundo uma ou mais características”. 17

A (Empresa XXX) vem de uma trajetória de comercialização de serviços, e após o momento que mudou seu negócio com objetivo de comercializar também produtos se manteve na estrutura de atendimento ao cliente com foco em obras. Sua equipe formada por engenheiros e técnicos, fez com que suas vendas partissem de um departamento de projetos e não comercial.

Pensando na fortificação da empresa e auxiliando este novo e oficial departamento comercial que, apesar de entender seu ramo de negócio, conhecer um pouco de seus clientes e saber aonde quer chegar, a (Empresa XXX) não possui mercados-alvos definidos. Sendo assim, este estudo auxiliará a (Empresa XXX) a posicionar-se estrategicamente no mercado.

Nos termos da teoria existente sobre gestão estratégia e administração de marketing, é adequado que a empresa configure suas políticas, neste sentido é que se contextualiza o tema e o problema de pesquisa a seguir.

Com base nos TCCs que serviram como exemplares para esta pesquisa, constatamos que as características que representam discursivamente a identidade do administrador são inexistentes. Talvez em outros pudéssemos encontrar tais características. Porém acreditamos que as conclusões seriam parecidas, pelo fato de serem trabalhos de conclusão de curso. Neste caso, o aluno deve utilizar-se dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso para aplicar em uma empresa, através de um diagnóstico e uma proposta para o tema escolhido e posteriormente apresentar os resultados, os quais estão materializados por meio da escrita, em TCCs.

Por outro lado, o TCC faz parte de um gênero utilizado na academia para a apresentação deste tipo de trabalho. Neste caso, o aluno não possui total liberdade para expressar-se ainda como administrador, e sim ainda como estudante, valendo-se desse trabalho de final de curso para ser aprovado como profissional. Isso significa, então, que, estritamente falando, o que o estudante pode fazer é mostrar-se potencialmente apto para sair-se bem na profissão para a qual está se preparando.

Assim, ao fazer uma analogia entre as competências e habilidades propostas pelo curso e o que apresentamos na fundamentação teórica, pudemos verificar que os sujeitos, na posição de alunos, e cientes dessa condição, conforme eles próprios “se descrevem” como acadêmicos, não apresentam discursivamente uma posição de administradores. Percebe-se o lugar de onde estão falando, ou seja, a instituição de ensino. Este lugar, além das condições de produção já mencionadas, é visto também pela forma como o aluno “joga/relaciona” o discurso acadêmico com o científico.

Uma questão que identificaria o aluno como profissional da administração, porém determinado pelo manual, é que este deverá fazer um estudo do perfil de uma determinada empresa, verificando pontos fortes e fracos das suas ações, estratégias, planos, seus clientes e servidores. A partir disso deverá propor um plano de resolução e apresentar os resultados. Ou seja, o aluno deve colocar-se na posição de administrador para desenvolver as atividades a que se propôs em uma determinada organização, desempenhando assim as suas funções como profissional. Porém, estas atividades são realizadas fora da academia e deste modo o aluno desloca-se do lugar onde seu discurso é produzido, onde existe uma passagem do sujeito-aluno para o sujeito-profissional.

Da mesma forma, para produzir o seu texto, outro deslocamento acontece, desta vez do sujeito-profissional para o sujeito-aluno. Neste caso, o funcionamento do DA é atravessado pelo DP e pelo DC, os quais impedem a identificação a um lugar profissional, pois não existe um lugar na Universidade que permita a materialização do discurso no qual o aluno possa assumir-se como profissional. Para exemplificar, tomamos o Curso de Medicina, onde o aluno pratica suas atividades como profissional sob a supervisão de um professor e assim pode assumir-se na academia como sujeito-profissional. O mesmo caso acontece com os estágios do magistério, onde o aluno tem a possibilidade de assumir uma posição do profissional e assim materializar o seu discurso. Ora, não existe essa passagem ou deslocamento do sujeito enquanto produtor do discurso.

O que acontece com o profissional da administração é que ele está fora do seu lugar discursivo enquanto sujeito do discurso acadêmico, não possibilitando essa assunção de administrador. O aluno deve imaginar-se administrador para aplicar seus conhecimentos enquanto tal em outro lugar, sendo que a materialização do seu discurso só acontece na academia retornando à posição sujeito-aluno. Para ele, o aluno, enquanto administrador, assumindo essa posição, acontece apenas no terreno social e não na academia. Isto se dá pelas condições histórico/ideológicas que constituem a universidade.

3.5 CONCLUSÃO SOBRE A ANÁLISE

A partir da análise realizada neste trabalho podemos concluir que os TCCs dos alunos do curso de Administração (amostra) podem ser considerados como texto, pois, conforme apontado por Indursky (2006), possuem um “fechamento simbólico”. Outra característica importante é que esses textos são afetados pelas condições de produção a partir do espaço discursivo em que foram produzidos e são determinados por um complexo de formações discursivas com a dominância do Discurso Acadêmico.

Dizemos que os TCCs do curso de administração, analisados, apresentam algumas características de relatório, pois, a partir da escolha da empresa em que pretendem desenvolver sua pesquisa, os alunos devem elaborar um perfil da organização, contendo informações como histórico da empresa, os principais produtos, mercados de clientes, concorrentes e fornecedores. Em seguida, devem aplicar uma avaliação para desenvolver um diagnóstico organizacional do local de estudo para depois partir para o projeto de pesquisa. Estes dados foram adquiridos pelo regulamento do curso. O que diferencia ou complementa o TCC para não ser considerado “apenas” um relatório é o projeto de pesquisa e a revisão teórica, na qual o aluno precisa “conversar” com autores para dar suporte à sua pesquisa e assim ser reconhecido dentro do DA.

É em busca da aprovação que o aluno, na sua função-autor, busca a legitimidade comprovando seus dizeres com outros autores e seguindo os critérios estabelecidos pela instituição.

Através dos recortes selecionados para esta pesquisa percebemos a constante presença do DP, materializado pelo manual, o regulamento e a proposta do curso. Concluimos com a análise que esse modo de funcionamento do DA, que tende para o DP (com sua inclinação para o modo autoritário), impede uma tomada de posição que seria a do sujeito administrador. Conforme dito anteriormente, os alunos assumem a posição-sujeito-administrador a partir do momento que saem da universidade para realizar os seus trabalhos e ali encontram lugar para assumir essa posição. Essa posição é “substituída” pela posição-sujeito-aluno a partir do momento que ele retorna ao espaço acadêmico, onde deverá validar o seu percurso, que, no caso do Curso de Administração, é a única posição aceita.

Desse modo, retornando ao objetivo proposto para esta pesquisa, de compreender de que modo o aluno articula a autoria com as condições de produção do TCC, de modo a

identificá-lo como administrador, verificamos que o processo de autoria não ocorreu. Podemos dizer, então, que com relação aos objetivos propostos, não foi possível identificar no funcionamento do Discurso Acadêmico características que representem discursivamente a identidade do administrador. De acordo com o que foi analisado, fatores históricos e ideológicos que fazem parte das formações discursivas existentes na academia agem diretamente no discurso/texto produzido pelos alunos.

Outras características que comprovam o DA atravessado pelos Discursos Pedagógico e Científico é a presença das heterogeneidades enunciativas. Os alunos usam das citações e do interdiscurso para formar o seu texto, incluindo os esquecimentos, a memória discursiva, ou seja, o já dito. A assunção da posição-sujeito-professor é observada nos momentos em que o aluno se inscreve nessa posição para dizer o que a empresa pode ou não fazer.

Como observamos na análise, a autoria encontrada nos trabalhos de conclusão de curso está relacionada com a articulação com os autores, com o efeito de unidade e fechamento do texto, a forma clara e coesa de sua apresentação. O aluno deixa clara a sua posição de acadêmico, pois é afetado pela ideologia e pelas posições relativas ao poder das formações discursivas que compõem a formulação do seu discurso. Ou seja, a autoria não é assumida enquanto função do sujeito administrador, estando mais próxima do Discurso Pedagógico.

Olhando por outro lado, o sujeito do DA possui uma autonomia maior com relação ao DP quando assume uma posição no discurso científico podendo articular o saber já conhecido, nos processos envolvendo esquecimentos, memória discursiva, heterogeneidades.

Concluimos então que o Discurso Acadêmico, materializado na forma de TCC, reflete as diferentes condições de produção analisadas, as quais são necessárias para que o aluno seja aprovado e reconhecido como (potencial) profissional de Administração, mas que não dão lugar a este, senão como sujeito do Discurso Acadêmico, seja como aluno, seja como professor, em alguns casos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal ao iniciar este trabalho era verificar, em trabalhos de conclusão de curso de alunos de Administração, como se apresenta discursivamente o desenvolvimento de autoria em suas relações com a identidade da profissão de administrador, a partir das condições de produção que determinam as formações discursivas correspondentes.

A partir deste objetivo, foi necessária a compreensão de vários conceitos da Análise do Discurso, considerando o que o próprio nome sugere, o discurso. “Com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2010, p. 15) e na sua fala, questões como a história, a ideologia, a sua própria identidade e as condições de produção entram em jogo.

Então, entendemos inicialmente que o sujeito aqui estudado é o sujeito discursivo, o qual “espelha” o seu lugar social, constituindo-se no discurso a partir de outras vozes (o interdiscurso), interpelado pela ideologia da(s) formação(ões) discursiva(s) na qual se produz o seu discurso.

Outra questão estudada para o entendimento do funcionamento do discurso, nesta pesquisa voltada para os TCCs, foi a que diz respeito aos tipos de discurso, mobilizados, a saber, o discurso acadêmico, o discurso pedagógico e o discurso científico, tendo-se constatado que o discurso acadêmico é predominante e o discurso pedagógico tende para a forma autoritária.

Para finalizar a abordagem teórica para esta pesquisa, procuramos entender a autoria como uma função do sujeito na produção discursiva, caracterizada como função-autor.

A partir dos conceitos estudados, foi necessário escolher um dispositivo de análise que nos permitisse entender o funcionamento do discurso na construção do sentido das palavras ditas pelos alunos, materializadas no TCC. Então trabalhamos a análise na tensão interpretação/descrição.

Com base na análise do *corpus* selecionado, constatamos que a autoria dos alunos do Curso de Administração não se constitui em assumir uma posição de administrador. Na condição de aluno, este deve seguir os critérios estabelecidos pela instituição para organizar o seu texto, a partir da dispersão de outros, na sua função de autor, de forma a obter unidade e efeito de fechamento no discurso acadêmico. Ou seja, o estudante deve posicionar-se ainda como aluno, comprovando a sua posição no lugar social em que está inserido

(temporariamente), ou seja, a Universidade, e inevitavelmente o seu discurso é atravessado pela história e pela ideologia desse lugar discursivo.

Nessas condições, podemos considerar que o Discurso Acadêmico proporciona a autoria, num jogo entre a obediência aos critérios estabelecidos pela Instituição de Ensino e a formulação do discurso, onde o sujeito-aluno é promovido naquela formação discursiva, representando as formações ideológicas.

Portanto, parece um tanto contraditório o que é proposto ao aluno ao ingressar na Universidade e o que é exigido para sair. Se deve desenvolver habilidades fundamentais para um futuro profissional, como a capacidade de raciocínio e argumentação (conforme é estabelecido pelo manual e o regulamento do curso, apresentado no capítulo da Análise), por que lhe é recusado o direito de usar sua voz diretamente (para responsabilizar-se sobre o que diz⁴). Não faz parte do perfil do administrador a capacidade de liderança? Como liderar sem poder se manifestar? Nós, como professores, não podemos desenvolver esse comprometimento, dentro do discurso acadêmico, sem transgredir as regras da instituição na elaboração de um TCC? Se a Universidade é concebida como o espaço onde o professor é quem tem o poder de “ensinar” e que cabe ao aluno demonstrar que “aprendeu”, e que esse discurso é materializado pelo TCC, deveria ser esse então o espaço a ser “ensinado” ou “estimulado” o desenvolvimento da autoria. Assim como ele é responsável pelas ações praticadas dentro de uma organização, também pode aceitar essa responsabilidade materializada no seu texto, assumindo a posição-sujeito-profissional, mesmo atendendo aos critérios e normas estabelecidas pela Universidade.

⁴ A “escolha” da forma indireta como pesquisador (“terceira pessoa”) parece eximir o estudante de ser responsabilizado individualmente e sofrer as sanções relativas a essa “escolha”.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR – informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação – 3 ed. Número de referência 14724:2011. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/ABNT_2011.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. Discurso científico, poder e verdade. **Revista Aulas**, n. 3, dez. 2006/mar. 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Teoria geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BADIN, Cristiane do Carmo. **Análise discursiva do projeto experimental em publicidade e propaganda - campanha**: forma de autoria do acadêmico em seu trabalho de conclusão de curso. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008.
- BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro. **Teoria geral da Administração**: gerenciando organizações. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BOTELHO, Flávia G. **Linguagem acadêmica escrita**: um estudo da apropriação das habilidades textuais por alunos do CEFET – MT. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt16/ComunicacaoOral/FLAVIA%20GIRARDO%20BOTELHO.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2012.
- BRAGA, Sandro; FURLANETTO, Maria Marta. Análise do discurso: o campo. In BRAGA, Sandro.; MORITZ, Maria Ester W; REIS, M.S. dos; RAUEN, Fábio (Orgs.). **Ciências da linguagem**: analisando o percurso, abrindo caminhos. Blumenau: Nova Letra, 2008. p. 129-141.
- CABRAL, Augusto César de Aquino. A análise do discurso como estratégia de pesquisa no campo da administração: uma visão global. **Contextus** – Revista contemporânea de Economia e Gestão, v. 3, n. 1, p. 59-68, jan./jun./2005. Disponível em: <<http://www.contextus.ufc.br/index.php/contextus/article/.../54/20>>. Acesso em: 21 dez. 2011.
- CARIOCA, Cláudia Ramos. A caracterização do discurso acadêmico baseada na convergência da linguística textual com a análise do discurso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão. **Anais...** Tubarão: UNISUL, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura; v. 2 – O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHALMERS, Alan F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

DOOLEY, R. A.; LEVINSOHN, S.H. **Análise do discurso: conceitos básicos em lingüística**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed., São Carlos: Claraluz, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 5. ed., São Paulo: Ática, 1997.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 6. ed., Lisboa: Vega, 2006 (Coleção Passagens).

FURLANETTO, Maria Marta. **Gêneros e autoria: relação, possibilidades e perspectivas de ensino**. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL. 8., 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GALLO, Solange Leda. **Autoria: questão enunciativa ou discursiva? Linguagem em (Dis)curso**, v. 1, n. 2, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/03.htm>> Acesso em: 31 jan. 2011.

GALLO, Solange; NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Análise fílmica a partir da Análise de Discurso**. Texto apresentado no Colóquio Internacional sobre arte contemporânea. Univille, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103.

HANKS, W.F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni Pucinelli (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni Pucinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

LIMA, João Paulo Eufrázio de. **O conceito de comunidade discursiva: sua aplicação no meio virtual**. In: COLÓQUIO SOBRE HIPERTEXTO, 1., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, UFC, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **As empresas e a transmissão da ideologia**. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901992000500005.pdf> Acesso em: 09 ago. 2011.

NEOTTI, Carolina. **Autoria e plágio em monografias: uma abordagem discursiva.** 2007. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 4. ed., Campinas, SP: Pontes, 1996a.

_____. **Discurso e leitura.** 3. ed. Campinas, SP: Cortez, 1996b.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação.** Vol. II. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** 2. ed., Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade.** Campinas, SP: Pontes, 2006a.

_____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado.** 4. ed., Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006b.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5. ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e leitura.** 8. ed., Campinas, SP: Cortez, 2008a.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** 3. ed., Campinas, SP: Pontes, 2008b.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 9. ed., Campinas, SP: Pontes, 2010.

PABST, Frederico R.; SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares. Discurso organizacional como manifestação de poder: um estudo com executivos de empresas modernas. **RBGN – Revista brasileira de gestão de negócios**, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 376-390, out./dez. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/In/n45/a05n45.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. **Cadernos do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, tomo 3, 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. **Que autor é este?** 1995. 153f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Editora Unisul, 2002.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1979.

SANTOS, Josete Rocha dos. Os verbos modais e uma análise do futuro. JORNADA NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. 3., 2008. **Anais...** Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos_completos/pdf/Os%20verbos%20modais%20e%20uma%20an%C3%A1lise%20do%20futuro%20-%20JOSETE.pdf>. Acesso em 13 jan. 2012.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. Dimensões dos discursos em uma empresa têxtil mineira. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 8, n. 4, out./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65522004000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 dez. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 73.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo Análise de Discurso**: linguagem, sociedade e ideologia. Manaus: Valer, 2006.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7.